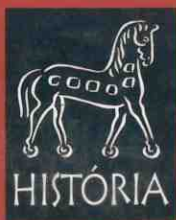


“Os escravos não eram agentes históricos independentes capazes de construir o próprio destino, mas os senhores às vezes também se deparavam com limitações impostas pelos atos e pelas posturas dos escravos. A equação do poder e das oportunidades era, é claro, desigual, mas tanto senhores quanto escravos tentavam constantemente redefinir tal fórmula. As limitações e as oportunidades que os restringiam foram o tema central da minha pesquisa. E a relação complexa e dinâmica entre escravos, senhores e outros grupos na sociedade escravocrata é o tema central e unificador desses textos.”



Escravos, roceiros e rebeldes

Stuart Schwartz



Stuart Schwartz



ESCRAVOS roceiros e rebeldes



Editora da Universidade do Sagrado Coração



ROCEIROS E ESCRAVIDÃO: ALIMENTANDO O BRASIL NOS FINS DO PERÍODO COLONIAL

O Brasil era um grande empreendimento colonial cuja característica, durante mais de 300 anos, foi a lavoura, a mineração e a economia de exportação. A escravidão era a forma predominante de trabalho no Brasil, mas sempre à margem da economia de exportação e, com o passar do tempo, passou a existir uma população de trabalhadores rurais e famílias que constituíam uma classe camponesa. Tradicionalmente, a historiografia brasileira concentrava-se na economia de exportação e na escravidão, mas, assim, deixou de lado os estudos do desenvolvimento interno da colônia e das relações de produção nos setores não-escravos da economia, especialmente nas áreas rurais.

A relação entre a economia interna e a de exportação, é entre a escravidão e outras formas de organização do trabalho, continua inexplorada. Foram criados modelos de análise dessas relações nas colônias agrícolas das Antilhas, mas num lugar tão grande e ecologicamente diverso como o Brasil, tais modelos não foram de grande utilidade. Os historiadores precisam reconstruir os processos históricos específicos nos quais se formaram as relações entre escravos e roceiros.

O estudo dessas relações se complica devido às aspirações das pesquisas anteriores e aos pressupostos da história econômica. Os estudos do Terceiro Mundo em geral e da América Latina em especial, há muito salientam a orientação exportadora dessas regiões e a repercussão negativa das economias coloniais, e em especial das lavouras, no crescimento econômico, no desenvolvimento econômico e nas relações sociais. Grande parte do que se chama teoria da Dependência assume como ponto de partida a tese de que a carac-

terística dessas economias coloniais eram os enclaves de lavoura e garimpo, de poucas ligações e nenhuma repercussão positiva, com o desenvolvimento interno das regiões adjacentes; diferença nítida entre as lavouras voltadas para a exportação e quase sempre escravagistas, e um setor roceiro nativo e mais "natural", e uma relação constantemente desigual de intercâmbio entre colônia e metrópole.¹

Os economistas modernos reconhecem que a agricultura tem diversas funções durante o processo de desenvolvimento econômico e que entre essas funções figuram proporcionar um abastecimento adequado de gêneros alimentícios e receber em moeda estrangeira.² Na historiografia brasileira, as agriculturas de exportação e de subsistência, assim como suas formas paralelas de lavoura escravocrata e família de roceiros, são vistas como dicotomias – metáforas de escravidão e liberdade, dependência e autonomia, feudalismo e capitalismo. Embora tenhamos agora um panorama relativamente completo da escravidão brasileira, os pequenos proprietários rurais livres permanecem marginais nos estudos do brasileiro, em geral sujeitos a diversas interpretações e rótulos. Neste capítulo, afirmo que, historicamente, no

1. George Beckford, *Persistent Poverty*, (Oxford, 1972), é um exemplo clássico. Ver também Lloyd Best, "Outlines of a Model of Pure Plantation Economy", *Social and Economic Studies* 17, p. 283-324, Set. 1968. Há uma discussão dessa literatura e uma perspectiva mais favorável à economia da lavoura em Edgar Graham e Ingrid Fleeting, *The Modern Plantation in the Third World*, (New York, 1984). Uma crítica dessa literatura com base num caso em especial é Trevor Suda-ma, "The Model of the Plantation Economy: The Case of Trinidad and Tobago", *Latin American Perspectives*, v. 6, n.1, p. 65-93, winter 1979.

2. Ver Fernando B. Homem de Mello, "Export Agriculture and the Problem of Food Production", *Brazilian Economic Studies*, (Instituto de Planejamento Econômico e Social, n. 7, 1983), p. 1-20. É uma questão antiga. Ver também o clássico de Sebastião Ferreira Soares, *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no império do Brasil*, (Rio de Janeiro, 1860).

Brasil a produção de roceiros e escravos, ou, com maior exatidão, a agricultura de subsistência e a de exportação, estavam intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica.³ Eram, de fato, duas faces da mesma moeda.

OS ROCEIROS E A ECONOMIA COLONIAL

A classe agrária brasileira não teve origem pré-colonial e sua linhagem não remontava a nenhuma civilização decadente, e não tinha memória popular coletiva de passado grandioso. Era, pelo contrário, uma classe rural "reconstituída", resultado direto da economia colonial e da escravidão, que surgiu à margem da economia escravagista e cresceu em importância ao seu lado. Na colônia, desde sua instituição, essa população rural livre de pequenos agricultores, arrendatários e dependentes permaneceu, em grande parte, sem rosto e até sem nome. Raramente se usava a palavra "camponês" para referir-se a eles e foi trocada por uma série de termos que descreviam variantes em domínio, dependência ou rusticidade (matuto, caipira etc.). Tendo raramente recebido papel ativo na história do Brasil, os roceiros eram tidos como população "telúrica", fixa no interior, a ser catalogada pelos observadores como flora e fauna, e obrigados a ver a história passar por eles.⁴

3. O papel secundário atribuído à agricultura dos roceiros, ou de pequena escala, é exposto de diversos pontos de vista em Alberto Passos Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*, 4. ed. (Rio de Janeiro, 1977), 105-66; e Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, 2. ed. (São Paulo, 1985), p. 285-99. Para comparar, ver Douglas McCalla, "The Internal Economy of Upper Canada: New Evidence on Agricultural Marketing before 1850", *Agricultural History*, v. 59, n. 3, p. 397-416, Jul. 1985; Jeremy Atack e Fred Bateman, "Self-Sufficiency and the Marketable Surplus in the Rural North, 1860", *Agricultural History*, v. 58, n. 3, p. 296-313, July 1984.

4. Foram usados termos como agregado, morador, cafuso, matuto e sitiante. Ver meus comentários em "Perspectives of Brazilian Peasantry", *Peasant Studies*, v. 5, n. 4, p. 11-20, 1976.

Pode ser teoricamente confuso juntar inquilinos, meeiros e pequenos proprietários dentro da mesma categoria, porém se encararmos a classe rural como um processo e um conjunto de relacionamentos que abarca a modo doméstico de produção, uma diferença reduzida entre família e economia, e atividades produtivas moldadas ou definidas até um grau considerável por estrangeiros poderosos, então acho que o termo "classe rural" é uma categoria útil.⁵ Digo que o problema da definição é ainda mais complexo do que imaginávamos, porque em fins do período colonial muitos setores dessa classe rural se sentiam cada vez mais atraídos pela agricultura comercial e pelo uso de escravos, quando passaram a ter papel importante no desenvolvimento da economia interna do Brasil.

Dentro do contexto de uma economia colonial de exportação, os roceiros havia muito eram definidos como provedores de alimentos. O papel fundamental de alimentar as cidades, os garimpos e as lavouras pertencia à população rural livre, mas o pão de cada dia variava regionalmente. O Brasil podia ser dividido, de maneira aproximada, em duas zonas: a zona rural da mandioca e a zona rural do milho, já que esses eram os dois principais alimentos que serviam de base para a dieta na maioria dos lugares. Ambos eram cultivados em toda a colônia, mas a mandioca era o alimento preferido no norte e no nordeste, onde era transformada numa farinha grosseira e era o ingrediente principal de vários pães, refeições e pudins. A resistência excepcional da mandioca à seca e sua capacidade de crescer em solos pobres fez com que ela se tornasse especialmente adaptável às áreas do nordeste onde não se cultivava a cana-de-açúcar.⁶ Essas características e o fato de que a mandioca não se dá bem em

5. John Duncan Powell, "On Defining Peasants and Peasant Society", *Peasant Studies Newsletter*, v. 1, n. 3, p. 94-99, 1972.

6. Sobre as propriedades da mandioca, ver Anna Curtenius Roosevelt, *Parmana Prehistoric Maize and Manioc Cultivation along the Amazon and Orinoco* (New York, 1980), 118-37. Ver também William S. Saint, Jr., *The Social Organization of Crop Production: Cassava, Tobacco, and Citrus in Bahia, Brazil* (Cornell University: Latin American Studies Program Dissertation Series, 1977, p. 49-65.

terrenos alagadiços – principal local para cultivo da cana-de-açúcar – tornava as duas lavouras regionalmente compatíveis. Ademais, a relativa facilidade do cultivo da mandioca e seu alto valor calórico por unidade (mais de três vezes superior ao do milho) lhe rendiam um lugar privilegiado entre os roceiros, apesar de sua notável falta de proteínas.⁷ Na Bahia de fins da era colonial, a proporção entre mandioca e milho na dieta normal era aproximadamente 10:1.⁸

Mais para o sul o índice mudava. O recenseamento de 1778 da capitania do Rio de Janeiro demonstrou que a mandioca ainda era predominante nessa região, mas a proporção era apenas de 3 ou 4:1.⁹ Nos planaltos de Minas Gerais, o milho se tornava cada vez mais importante, onde era transformado em fubá. Mas era mesmo nas regiões agrícolas mistas de São Paulo para o sul que o milho e o trigo eram as culturas favoritas.

A relação entre esses cultivos e os gêneros alimentícios de exportação sempre foi complexa no Brasil. Nas últimas décadas do século XVIII, a economia brasileira passou por uma expansão rápida liderada por um renascimento agrícola. A origem desse ressurgimento era, em parte, as primeiras reformas do Marquês de Pombal e sua continuação por meio de uma série de ministros reformistas, muito influenciados por idéias fisiocráticas. Quase não restam dúvidas de que os conflitos internacionais no período de 1774 a 1815, que cortaram o acesso da França e da Inglaterra a suas fontes tradicionais de produtos coloniais, criaram novas oportunidades para o Brasil. O fim do comércio inglês do tabaco, provocado pela revolução dos Estados Unidos, a destruição das grandes lavouras em São Domingos após a rebe-

7. Roosevelt, *Parmana*, 124. Roosevelt cita um estudo de 1959 sobre o Brasil no qual a mandioca produzia 14,2 milhões de calorias por hectare, o milho 4,4, o arroz 3,9 e a batata-doce e o inhame 7,5 milhões.

8. Minha estimativa da proporção baseia-se nas compras do celeiro público de Salvador. Ver tabela 1.

9. Os relatórios da produção rural no censo agrícola de 1778, feito na administração do Marquês do Lavradio, indicam que a mandioca ainda era predominante na capitania do Rio de Janeiro. Ver *RIHGB*, v. 76, n. 1, p. 289-360, 1913.

lião dos escravos de 1792, e a guerra marítima anglo-francesa durante grande parte desse período, tudo contribuiu para o ressurgimento da exportação brasileira. As exportações cada vez maiores eram lideradas pelos produtos tradicionais brasileiros – açúcar, tabaco e couro – porém já acompanhados por produtos como o cacau, o algodão, o café e o anil, que até aquele período nunca tinham sido artigos de exportação importantes.¹⁰

O renascimento agrícola brasileiro elevou a posição de predomínio do Brasil na economia imperial Portuguesa. Em 1800, os produtos brasileiros perfaziam 60 por cento das exportações portuguesas para a Europa, o norte da África e a América do Norte, e proporcionavam a Portugal uma balança comercial favorável com seus principais parceiros no início do século XIX. Ao mesmo tempo, porém, essa situação acompanhada por contrabandos cada vez maiores entre Brasil e Inglaterra, o que diminuía a demanda de produtos manufaturados portugueses, criava um déficit na balança de pagamentos que Portugal recebia da colônia brasileira.¹¹

As linhas gerais do renascimento agrícola do Brasil já são relativamente conhecidas. Está claro que o desenvolvimento do Brasil nesse período teve como firme alicerce a exportação que, por sua vez, era possível devido à intensifica-

10. Dauril Alden, "Late Colonial Brazil, *CHLA* 2, p. 602-22, oferece o melhor resumo do renascimento agrícola e compilações minuciosas das estatísticas de exportação. J. H. Gallo-way, "Agricultural Reform and the Enlightenment in Late Colonial Brazil, *Agricultural History*, v. 53, n. 4, p. 763-79, Oct. 1979, discute o ambiente ideológico do período. Ver também Leopoldo Jobim, *Reforma agrária no Brasil colônia* (São Paulo: 1983) em que ele examina as opiniões dos reformadores sobre a reforma agrária. Tratei da repercussão da explosão na Bahia em *Sugar Plantations and the Formation of Brazilian Society*, (Cambridge, 1985), p. 415-38 (no Brasil, *Segredos internos, engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, 1988).

11. Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (São Paulo, 1979) e José Jobson de A. Arruda, *O Brasil no comércio colonial* (São Paulo, 1980) são leituras essenciais sobre a economia de exportação e o papel do Brasil no sistema colonial português.

ção e à expansão da principal forma de mão-de-obra da colônia. A escravidão, de fato, expandiu-se em fins do período colonial. As importações de escravos para os mercados tradicionais da Bahia, do Rio de Janeiro e do Recife atingiram novos picos. Outras regiões, como o Maranhão, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, nenhuma das quais se caracterizava anteriormente pela economia de exportação e pela predominância da mão-de-obra escrava, foram induzidas à expansão das exportações a uma dependência cada vez maior da escravidão.

Por trás da expansão da economia escravocrata de exportação do Brasil em fins do período colonial, permanece a história complexa e menos conhecida do crescimento da economia interna e, por intermédio do desenvolvimento e da integração regionais, o início de um mercado nacional. Acompanhando esse processo, e fundamental a ele, estava o crescimento da população rural livre, cuja orientação para esses mercados internos viabilizou a intensificação simultânea da produção de produtos agrícolas para exportação, fruto do trabalho escravo. Em resumo, aconteceram simultaneamente dois fatos paralelos, a expansão a agricultura escravagista de exportação e o crescimento de uma classe rural livre. Havia inovação nisso. Embora a produção escrava para exportação tivesse sido a base da existência econômica do Brasil, desde meados do século XVII, e não houvesse nada de surpreendente nessa expansão, em 1780 a colônia não era mais o que fora um século antes. Havia ocorrido transformações importantes no tamanho, na composição e na distribuição da população; na infraestrutura econômica da colônia; e na trama das relações sociais. Algumas dessas mudanças já estavam em andamento antes da década de 1780, mas está claro que o surgimento de uma população rural livre e o desenvolvimento de um mercado nacional de gêneros alimentícios após essa data facilitou a nova expansão da exportação.

Tanto os roceiros quanto os escravos estavam aumentando em número nesse período. Neste capítulo, demonstro como e por que isso aconteceu, concentrando-me na economia interna e na produção de alimentos, especialmente de farinha de mandioca, esse alimento brasileiro fundamental. Não é tarefa fácil. No momento, não é possível resolver al-

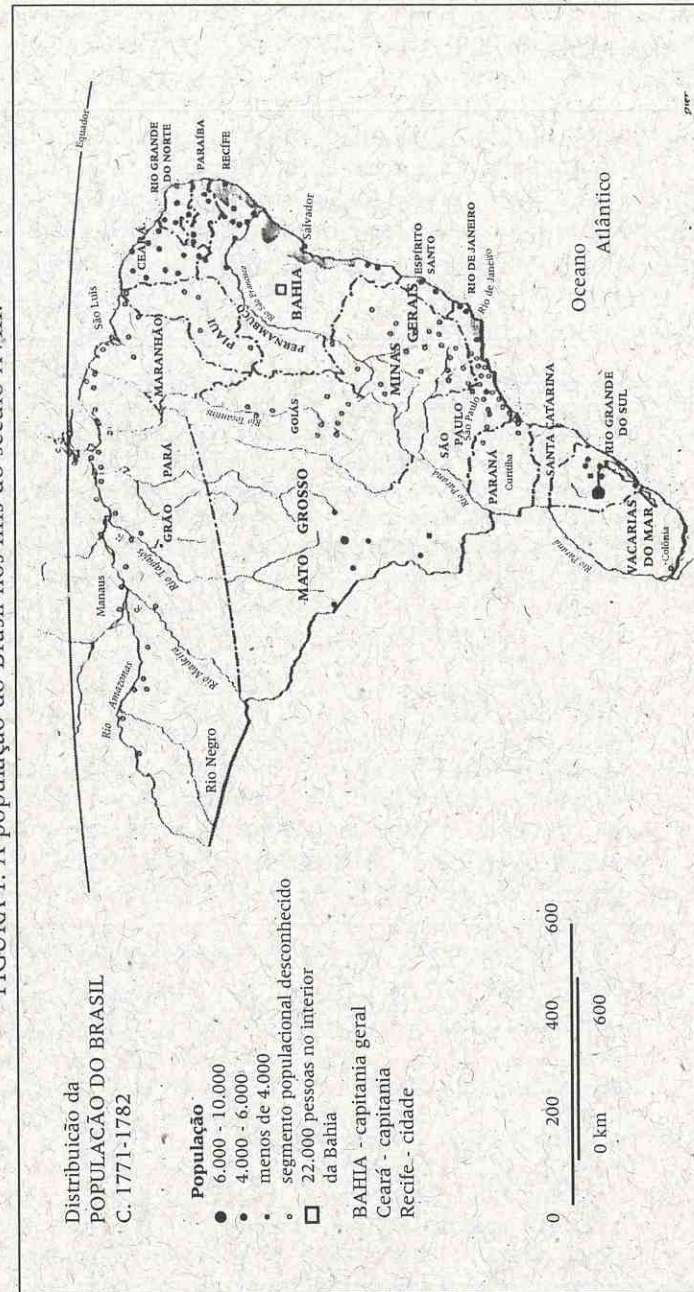
gumas questões desse tema. Não temos meios adequados para avaliar qual era o excedente da produção rural disponível; portanto, é praticamente impossível calcular o grau e o ritmo de comercialização da economia rural. Embora seja evidente que os pequenos produtores aproveitavam as novas oportunidades de fornecer a mercados distantes, é impossível avaliar as mudanças econômicas ou de postura que tais atos exigiam. Nem podemos fazer uma comparação entre as vantagens e os riscos maiores de dependência desses mercados. Essas lacunas só salientam o fato de que muitas questões sobre a organização interna da economia de fins do período colonial permaneceram sem resposta e também não foram formuladas devido à ênfase historiográfica predominante no setor da exportação. Aqui, sugiro modos como as funções de exportação e de subsistência da agricultura interagiam e examino, de maneira limitada, as conseqüências dessa relação sobre o desenvolvimento social durante um período crítico da história do Brasil.

O CONTEXTO DA POPULAÇÃO

O fim do período colonial no Brasil teve como característica o aumento da população. Os motivos e o índice desse crescimento variavam de uma capitania para outra, mas o processo era geral. As melhores estimativas da população da colônia indicam que o país passou de cerca de 1,5 milhões de habitantes por volta de 1776 para mais de 2 milhões em 1800, talvez 3,5 milhões em 1819.¹² Esses números denotam índices anuais de crescimento rápido, de 1,2 por cento entre as duas primeiras datas a 3 por cento no período entre 1800 e 1819. Parte desse crescimento deveu-se aos novos escravos, de 20 a 40 mil, importados da África anualmente durante o período de explosão agrícola; um nível de importação que superou o índice de mortalidade entre escravos. Grande

12. Para o ano de 1819, usei as estimativas de Alders, "Late Colonial Brazil", p. 602-10; e de Maria Luiza Marcfllo, "The Population of Colonial Brazil", *CHLA*, p. 37-66.

FIGURA 1. A população do Brasil nos fins do século XVIII.



partê do crescimento também parece ter sido conseqüência de um aumento natural no número de pessoas livres, em especial pardas. Parece que os pardos livres sempre demonstraram índices mais altos de natalidade e mais baixos de mortalidade do que a população escrava, embora seus índices de mortalidade fossem, em geral, menos positivos que os dos brancos.¹³ Mas também a manumissão, que costumava favorecer mulatos, crianças e mulheres, também contribuiu para o crescimento desse grupo.¹⁴ As estatísticas demográfi-

13. As características demográficas da população parda livre receberam menos atenção do que as dos escravos. Embora esse segmento da população estivesse crescendo rapidamente, as causas e a dinâmica desse crescimento permanecem obscuras. O melhor resumo do problema ainda é o de Herbert Klein em "Nineteenth-Century Brazil"; in *Neither Slave Nor Free*, eds. David W. Cohen e Jack P. Greece (Baltimore, 1972), p. 309-34, que contém algumas estatísticas elementares. Infelizmente, A. J. R. Russell-Wood, "Colonial Brazil"; p. 84-133 no mesmo volume não contém dados semelhantes de antes de 1808, embora, recorrendo a material de qualidade, consiga apresentar uma excelente análise de sua posição na sociedade. Ver também exposição mais aprofundada do tema em A. J. R. Russell-Wood, *The Black Man in Slavery and in Colonial Brazil* (New York, 1982). Há necessidade de muitos outros trabalhos regionais, tais como o de Katia M. de Queirós Mattoso sobre Bahia. Há um resumo de suas descobertas em *To Be a Slave in Brazil*, trad. da edição francesa de 1979 por Arthur Goldhammer (New Brunswick, 1986).

14. Sobre os métodos e padrões de manumissão agora há estudos aprofundados de Bahia, Parati, Campinas e Rio de Janeiro. Todos indicam preferência por crianças mulatas e mulheres no processo de manumissão. Ninguém calculou ainda a repercussão da manumissão nos diversos índices demográficos da população de escravos e de pessoas livres. Ver Stuart B. Schwartz, "The Manumission of Slaves in Colonial Brazil, Bahia, 1684-1746", *HAHR*, v. 54, n. 4, p. 313-33, 1970; Katia M. de Queirós Mattoso, "A propósito de camas de alforria na Bahia, 1779-1850", *Anais da História* (Marília) 4, p. 23-52, 1972; James Patrick Kiernan, "The Manumission of Slaves in Colonial Brazil: Paraty, 1789-1822" (dissertação de Ph.D.,

cas gerais indicam claramente que os negros livres e os descendentes de negros livres eram o segmento da população que mais rapidamente crescia. Na Bahia, em Goiás, Pernambuco e Minas Gerais, os pardos compunham 30 por cento ou mais da população, e em toda a colônia a população se aproximava desse índice (27,8). Quando somada à população escrava, a população de cor perfazia um total de dois-terços da população colonial brasileira.¹⁵ A população brasileira de fins do período colonial era de maioria negra, mulata e mestiça, e estava crescendo em ritmo veloz devido, principalmente, à imigração forçada (escravos) e ao crescimento natural (negros livres).

O aumento de número de negros ficou bem notável no desenvolvimento de uma população rural colonial. Sempre existiu uma população rural livre na colônia, porém os anos de meados do século XVIII parecem ter sido importantíssimos para sua formação. Os motivos desse processo nunca foram estudados em profundidade, porém é certo que contém fatores tanto econômicos quanto demográficos. A retração do setor da exportação no período de 1730 a 1760, que talvez tenha levado a um retorno da agricultura de subsistência; o crescimento dos centros de garimpo e de população em Minas Gerais, que gerou demanda de suprimentos; as conseqüências cumulativas da manumissão, que contribuíram para o aumento da população de negros livres; e o crescimento natural dessa população; tudo isso contribuiu.

Na década de 1760, quando os recenseamentos regionais se tornaram relativamente comuns, ficou claro que existia uma grande população rural livre, em muitas partes da colônia. Podemos nos referir a essa população como roceiros, embora fossem definidos ou categorizados com uma série de termos, dependendo da relação que tinham com a terra, com os proprietários da terra e com o mercado. A com-

New York University, 1976); Peter L. Eisenberg, "Ficando livre: As alforrias em Campinas no século XIX", *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 175-216, 1987. Sobre o Rio de Janeiro, Mary Karash, *Slave Life, in Rio de Janeiro* (Princeton, 1986) contém dados sobre manumissão.

15. Alden, "Late Colonial Brazil", p. 607.

posição e a situação dessa população variava de uma região para a outra. Em São Paulo, muitos eram proprietários livres envolvidos na agricultura de subsistência. Em Minas Gerais, o declínio da economia do garimpo após 1750 levava à agricultura mista. No nordeste havia muitos pequenos proprietários no interior e também um grande número de *moradores* e *agregados* dependentes que trabalhavam em terras alheias. O que caracterizava grande parte da população livre do nordeste rural é a pobreza e a privação da propriedade de terras. Mas no nordeste, assim como nas outras partes da colônia, havia variação considerável dentro do setor rural, com relação à renda e à propriedade de terras.

Embora em 1800 talvez 80 por cento da população do Brasil ainda residissem em áreas rurais, o crescimento das principais cidades do litoral e o desenvolvimento dos centros urbanos foi outra característica de fins do período colonial. Foram fundadas mais de 60 novas cidades entre 1780 e 1819. Cidades como Salvador e Rio de Janeiro cresceram rapidamente. O Rio, que já era um porto importante em 1800, liderou esse desenvolvimento após a chegada da corte portuguesa em 1808. Com um índice de crescimento anual de 2,8 por cento, em 1821 contava com quase 80.000 habitantes. Em 1800 Salvador tinha pelo menos 50.000 habitantes e, por volta de 1820 talvez o dobro. A população do Recife cresceu de 18.000 em 1782 para 34.000 por volta de 1822, índice anual de 2,3 por cento. Na virada do século, São Paulo e São Luís tinham mais de 20.000 habitantes. O crescimento natural, o influxo de escravos e a migração para a cidade contribuíram para essa urbanização. Em grande parte criados pela economia de exportação, esses centros urbanos geraram mercados internos que exigiam abastecimento proveniente da economia rural e dos comércios internacionais e coloniais.¹⁶

16. Sobre o sistema urbano do Brasil colonial, ver Richard M. Morse, "Brazil's Urban Development: Colony and Empire"; In: *From Colony to Nation*, ed. A. J. R. Russell-Wood (Baltimore, 1974), p. 155-84. Os números de Recife foram extraídos de Bainbridge Cowell, Jr., "Cityward Migration in the Nineteenth Century: The Case of Recife, Brazil"; *Journal of Latin American Studies and World Affairs*, v. 17, n. 1, p. 43-63, 1975.

O aspecto fundamental da sociedade e da economia brasileiras era sua dependência incessante da escravidão. Devido à demografia negativa da escravidão brasileira, caracterizada por baixos níveis de fertilidade e altos níveis de mortalidade, e por um conseqüente índice natural de declínio, o regime escravocrata brasileiro dependia muito do tráfico atlântico de escravos. A substituição da força escrava existente ou sua expansão dependiam principalmente dele e, em menor grau, da movimentação de escravos entre as capitânicas. As estatísticas disponíveis, embora incompletas e incompatíveis, demonstram um padrão no qual a importação de escravos vindos da África diminuiu durante as décadas de meados do século XVIII, quando houve declínio na economia de exportação.

A reativação da agricultura brasileira resultou numa expansão do tráfico de escravos, em especial entre 1780 e a década de 1830. Nesse modelo, o Brasil acompanhou a expansão geral da agricultura escravocrata na economia do Atlântico durante esse período.¹⁷ No Brasil, a escala e a intensidade da expansão variava de uma capitania para outra, mas o processo era geral. Vamos usar alguns exemplos representativos aqui. As estimativas com relação à Bahia, a maior exportadora de açúcar e tabaco da colônia, mostram um aumento dos 20.000 africanos que chegaram no período entre 1786 e 1780 para 34.000 nos cinco anos seguintes, chegando a um nível de quase 10.000 escravos por ano de 1826 a 1830.¹⁸ As importações da exportadora de algodão São Luís demonstram padrão semelhante, que aumentou de uma média anual de 1.120 (1780-84) para 1.830 (1785-90), e caiu para algo em torno de 1.662 no quinquênio seguinte.¹⁹

17. David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Atlantic Slave Trade* (New York, 1987), p. 47-62. 18. Ver discussão das fontes em Schwartz, *Sugar Plantations*, p. 338-345. Cf. David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Slave Trade* (Oxford, 1987), tabela A.1, 243.

18. Ver a discussão de origens em Schwartz, *Sugar Plantations*, p. 338-345. Cf. David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Slave Trade* (Oxford, 1987), table A.1, p. 243

19. Colin M. MacLachlan, "African Slave Trade and Economic Development in Amazonia", In: *Slavery and Race Relations in Latin America*, ed. Robert B. Toplin (Westport, Conn., 1977), p. 112-45.

Rastrear a importação de escravos para o sul do Brasil é mais difícil. A capitania do Rio de Janeiro também era peça importante no renascimento agrícola e seu porto era o principal ponto de entrada de escravos enviados para Minas Gerais e para o sul. As estimativas de seu comércio com Angola demonstram aumento na importação de africanos de 6.000 a 7.000 por ano na década de 1770 para 10.000 por ano na década seguinte a 1795. Com um crescimento constante na proporção de escravos do leste da África (Moçambique), o Rio de Janeiro tornou-se o principal porto negreiro e, por volta de 1820, já recebia mais de 30.000 africanos por ano.²⁰ Mesmo na capitania criadora de gado e produtora de trigo de Rio Grande do São Pedro (mais tarde Rio Grande do Sul), a população escrava cresceu nitidamente e, entre 1780 e 1802, a proporção de negros e mulatos cresceu de 29 para 41 por cento dos habitantes.²¹ Em 1814, mais de 20.000 escravos e 5.000 libertos viviam entre os aproximadamente 70.000 habitantes da capitania. Em resumo, as importações de escravos para o norte do Brasil continuaram relativamente estáveis de 1780 a 1830, mas as importações aumentaram rapidamente no sul do Brasil. O historiador David Eltis forneceu estimativas de importações de escravos no Brasil indicativas de que as capitanias do sul receberam quase 300.000 africanos na década de 1821-30, índice que mais tarde aumentaria com o crescimento da cafeicultura no sul do Brasil.

Embora os dados sobre a importação de escravos não sejam contínuos e, às vezes, confusos, geralmente sublinham a significativa expansão do contingente escravo no Brasil em fins do período colonial e no período joanino. A transformação econômica do Brasil nesse período

20. Corcino Medeiros dos Santos, "Relações de Angola com o Rio de Janeiro (1736-1808)", *Estudos Históricos*, 12 (1978), p. 7-68; Herbert S. Klein, *The Middle Passage* (Princeton, 1978), p. 54. Ver também Joseph Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830* (Madison, 1989), p. 445-531.

21. Corcino Medeiros dos Santos, *Economia e sociedade no Rio Grande do Sul (século XVIII)* (São Paulo, 1984), p. 32-34.

foi, no primeiro nível, possível devido a uma expansão na forma tradicional de trabalho no Brasil e, apesar dos mais de dois séculos e meio dessa instituição, pouco se fazia para melhorar a situação resultante da baixa demografia da escravidão brasileira.

O método tradicional de importar mais homens que mulheres, numa proporção de mais ou menos 3:2, parece ter continuado. O Rio Grande do São Pedro em 1802, por exemplo, tinha 8.187 escravos e somente 4.271 escravas. Em 1838, a cidade do Rio de Janeiro tinha 22.192 escravos e 14.945 escravas. Mesmo em Minas Gerais, onde o declínio do garimpo no período reduzira a demanda de novos escravos, o desequilíbrio sexual a favor dos homens persistia, em especial em faixas etárias mais avançadas. Esse desequilíbrio, com suas conseqüências negativas sobre a natalidade e incidência de casamentos, era exacerbado nas áreas rurais. Na Bahia, os engenhos de açúcar às vezes estavam em grande desequilíbrio, proporções de dois homens para cada mulher. Via-se o mesmo padrão em Pernambuco. Em 51 engenhos de Serinhaem, em 1788, 68 por cento dos escravos (2.569/3.801) eram homens, na proporção de 209 homens para cada 100 mulheres. Todos esses números apontam para a mesma direção. Os senhores de escravos brasileiros estavam ansiosos por retorno imediato do investimento em mão-de-obra escrava e poucos estavam interessados em fornecer nutrição e patrocinar a procriação como meio de fortalecer e expandir a força de trabalho. Esse comportamento podia ser bem racional do ponto de vista das pessoas que fizeram grandes empréstimos para aproveitar as oportunidades proporcionadas pela nova demanda de produtos brasileiros e que precisavam pagar hipotecas, mas a conseqüência geral sobre a população escrava foi a continuação das condições que tornaram a escravidão brasileira tão dependente do tráfico de escravos.²²

22. Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (São Paulo, 1962), p. 42; Mary C. Karasch "Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850", (Princeton, 1988), p. 29; Donald Ramos, "Vila Rica: Profile of a Colonial Urban Center", *The Americas*, v. 35, n. 4, p. 495-526, Apr. 1974; Schwartz, *Sugar Plantations*, p. 350-70; IHGAP, Mapa geral da vila de Seranhaem (1788), estante A, gaveta 5.

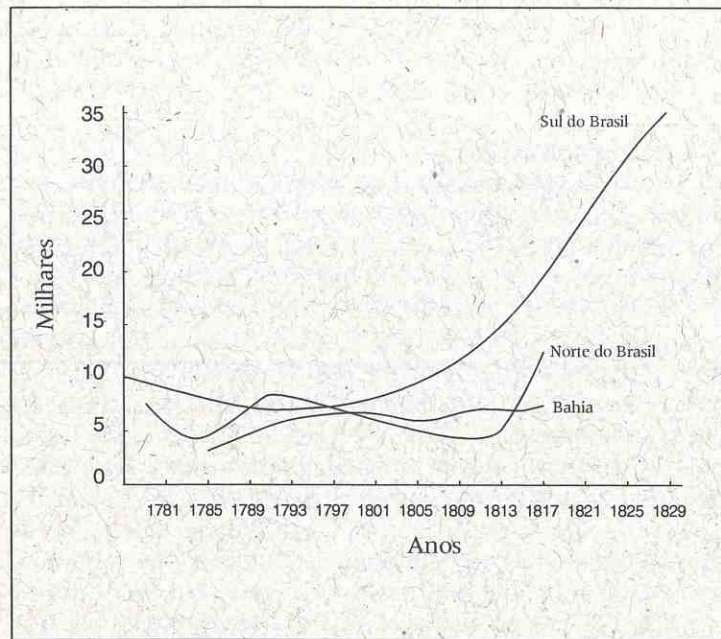


FIGURA 2. Importação de escravos no Brasil.

Fonte: David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade* (Oxford, 1987), 43.

Dadas essas características econômicas e demográficas fundamentais de fins do período colonial, o crescimento simultâneo dos setores de mão-de-obra escrava e rural não era uma anomalia.²³ O setor rural fornecia a base de abaste-

23. O interesse pela agricultura de subsistência e de gêneros alimentícios no Brasil colonial é recente. Foram realizados trabalhos importantes por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História da agricultura brasileira*, (São Paulo, 1981), p. 107-60; Maria Yedda Linhares, "Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão", *Estudos Econômicos*, 13 (1983), p. 745-62; Ciro Flamarion S. Cardoso, *Agricultura escravidão e capitalismo*, (Petrópolis, 1979); José Roberto do Amaral Lapa, *O antigo sistema colo-*

cimento que permitia a expansão da agricultura escravocrata de exportação e o crescimento dos centros urbanos. Em segundo lugar, uma vez iniciada a expansão, as lavouras de pequena e média escala que abasteciam os mercados internos continuaram a alimentar as cidades, sustentar o setor de exportação e permitir aos agricultores o luxo dos métodos que davam pouca atenção à agricultura de subsistência. Por fim, parte dos ganhos da produção de gêneros alimentícios para os mercados locais talvez tenham sido usados para financiar a expansão da escravidão, enquanto os lucros eram usados na compra de escravos para aumentar a produção de alimentos, ou os lucros da produção de alimentos eram transferidos para outras atividades, tais como a lavoura do café. Assim, em vez de dicotomia entre os roceiros arcaicos e a produção dinâmica para exportação, esses dois setores tornaram-se intimamente ligados. O que digno de nota em fins do período colonial, é a capitalização progressiva da agricultura de subsistência, comprovada pelo uso cada vez maior de escravos na produção de alimentos, mesmo pelos pequenos produtores rurais.

nia), (São Paulo, 1982), especialmente "O mercado interno colonial", p. 38-65; Eullia Maria Lahmeyer Lobo, *História político-administrativa da agricultura brasileira, 1808-1889* (financiado pelo Ministério da Agricultura, mas publicado sem menção ao local ou à data de publicação). Especialmente útil do ponto de vista teórico é Ana Célia Castro, et al., *Evolução, recente a situação atual da agricultura brasileira* (Brasília, 1979). Estão surgindo substanciais estudos monográficos. Gilka Vasconelos Ferreira de Salles, "A sociedade agrária em Goiás colonial"; *Revista do ICHL*, v. 4, n. 1, p. 55-88, 1984, é um exemplo. Com certeza o estudo mais minucioso do relacionamento entre a agricultura de subsistência e a de exportação e suas conseqüências sobre os mercados de trabalho é o de Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro, "A margem da história (Homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo)", tese de mestrado, Universidade Federal Fluminense (1985).

REAÇÃO REGIONAL: ABASTECIMENTO NO SUL DO BRASIL

Para examinar a relação entre a economia de exportação e a produção de gêneros alimentícios para consumo dentro do Brasil, examinemos duas capitanias dinâmicas. Rio de Janeiro e Bahia, com suas respectivas capitais, as cidades do Rio e Salvador, geraram mercados e capital para a economia rural. Ambas as áreas tinham estado ligadas à economia de exportação muito antes de meados do século XVIII, mas ambas passaram por rápida expansão no período posterior a 1780.

Provas consideráveis indicam que o crescimento do Rio de Janeiro como centro urbano e a expansão da diversificação da agricultura para exportação em seu interior serviram de forças motrizes para o desenvolvimento de um mercado interno de abastecimento no sul do Brasil. Esse crescimento, por sua vez, estimulou o desenvolvimento de uma infraestrutura de estradas melhoradas, instalações portuárias e cabotagem, que viabilizaram e tornaram lucrativo o abastecimento do mercado carioca.²⁴ As principais regiões que abasteciam a cidade e o setor de exportação do Rio de Janeiro – Minas Gerais, São Paulo e o sul (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná) – reagiram de maneiras diferentes às novas oportunidades, dependendo de suas bases econômicas e de sua organização social anteriores. Rio Grande, por exemplo, aumentou a criação de gado e a produção de cereais com base em grandes fazendas de família, ao passo que em Minas eram comuns as lavouras mistas, que usavam escravos não mais necessários no moribundo ramo do garimpo. Em geral, o mercado atraía a produção cada vez maior de gêneros alimentícios e uma penetração da agricultura comercial no interior marcado pela presença da mão-de-obra escrava.

24. Há um estudo detalhado das fontes de abastecimento do Rio de Janeiro em Larissa Virginia Brown, "Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro and its Hinterland, 1790-1822" (dissertação de Ph.D., University of Virginia, 1986). Importante fonte de informações é Eulalia Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro*. 2 v. (Rio de Janeiro, 1978).

Em meados do século XVIII, os roceiros de São Paulo, os *caipiras paulistas*, viviam principalmente em pequenas fazendas de subsistência, praticamente divorciados do mercado.²⁵ São Paulo fornecera alguns suprimentos, gado e mulas a Minas Gerais durante a explosão do garimpo no início do século XVIII, mas a abertura do Caminho Novo do Rio para Minas Gerais em 1733 e a então estagnação das minas levaram o declínio para essa agricultura comercial. Na década de 1760, mais da metade da população da capitania foi registrada como não possuidora de terras. A maior parte dessa população predominantemente rural vivia da agricultura itine-

25. Agora existe literatura considerável sobre a transformação econômica da São Paulo do século XVIII e suas consequências sociais. Ponto de partida essencial é Alice B Canabrava, "Uma economia de decadência: Os níveis de riqueza na capitania do São Paulo, 1765/67", *Revista Brasileira de Economia* 26:4 (1972, 95-123) e, também dela, "A repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818", *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 77-130, 1972. O trabalho, infelizmente ainda não publicado de Maria Luiza Marcílio "Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836" (tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 1974) é uma análise provocante do processo. Um exemplo de suas descobertas encontra-se em Luis Lisanti Filho e Maria Luiza Marcílio, "Estrutura demográfica, social e econômica da vila de Lages, 1798-1808", *Estudos Históricos* (Marília), 8 (1999), p. 9-52. Também importante é Elizabeth Anne Kuznesof, *Household Economy and Urban Development. São Paulo, 1765-1836*, Dellplain Latin American Series, n.18 (Boulder, 1986), que se concentra na estrutura familiar e na produção. Oscar Holme, "Ubatuba: de uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial" (dissertação de Ph.D., Universidade de São Paulo, 1971) e Luis Lisanti Filho, "Comércio e capitalismo. O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas – Campinas, Itu e Porto Feliz 1798-1828/9" (dissertação de Ph.D., Universidade de São Paulo, 1962) são importantes estudos sobre o processo não-publicados. Ver também o estudo recente de Alida C. Metcalf, "Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba 1580-1822" (University of California, no prelo, 1992).

rante de queimada e plantio, dispersa em pequenos terrenos (sítios volantes) e só produzia o suficiente para consumo próprio.²⁶ Em 1766 o governador geral Morgado de Matheus lamentou que a filosofia de subsistência da população deixasse tão pouco milho no mercado, que era impossível encontrar duzentos alqueires, quantidade que em Portugal qualquer padre de paróquia pobre poderia pôr à venda.²⁷ A câmara municipal de São Paulo também exprimiu reclamações semelhantes, atribuindo a escassez à preguiça dos pequenos agricultores. Não obstante, o cerne do problema eram as restrições sofridas pela produção de subsistência, e não a indolência.²⁸ Os mercados limitados e as oportunidades mínimas para acumulação de capital eram pouco para incentivar investimento, inovação tecnológica, melhoramentos do solo ou crescimento. São Paulo Rural parecia, de fato, uma região pobre da roça.

A situação da capitania mudou notavelmente na década de 1770, quando, com o incentivo de uma série de governadores ativistas e com a colaboração dos comerciantes locais, a produção de açúcar começou a gerar atividades de exportação. Essa lavoura estimulou a criação de uma infraestrutura, isto é, um sistema de estradas aperfeiçoado e expandido, que ia do porto de Santos às regiões produtoras de açúcar no interior.

Entre 1780 e 1830, São Paulo desenvolveu um setor de exportação ativo, com base, primeiro, no açúcar e, depois, no café.²⁹ Grande parte da historiografia recente tem-se concentrado nos modos como a transformação da economia paulista gerou mudanças na estrutura e na organização das unidades familiares ou residenciais, características demográ-

26. Canabrava, "Uma economia", p. 103-4.

27. Citado em Kuznesof, *Household Economy*, p. 25-26.

28. Canabrava, "Uma economia", 121. Cf. John I. McCusker e Russell R. Menard, *The Economy of British America, 1607-1789* (Chapel Hill, N.C., 1985), p. 295-309.

29. O estudo fundamental da indústria açucareira paulista renascida é de Maria Thereza Schorer Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo* (São Paulo, 1968).

ficas da população, e a distribuição da terra e dos escravos.³⁰ Embora esteja claro que a agricultura de exportação tivera tais conseqüências, elas não se limitaram apenas às áreas diretamente envolvidas com a exportação ou a lavoura.

A comercialização da agricultura também explorou o setor de subsistência. Agricultores humildes, porém proprietários, em locais como Atibaia, na periferia da cidade de São Paulo, forneciam alimentos à cidade de maneira contínua, embora irregular.³¹ Áreas como Areias, Taubaté e Guaratinguetá continham uma classe rural com pequenas propriedades e alguns escravos, que vendiam sua produção localmente. O investimento em escravos era, de fato, característica comum entre esses agricultores que possuíam terras.³² Em Santana de Parnaíba, região que começou a cultivar cana-de-açúcar depois de 1770, certa categoria de pequenos proprietários de escravos se desenvolveram consideravelmente. Em 1798, compreendiam 80 por cento dos senhores de escravos da região e controlavam 30 por cento dos escravos.³³ Se de-

30. Além das obras citadas acima, na nota 25, ver por exemplo, Eni de Mesquita Samara, "Os agregados: Uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830)", *Estudos Econômicos*, v. 11, n. 3, p. 159-68, 1981; Maria Luíza Marcílio, "Tendências e estruturas dos domicílios na capitania de São Paulo (1765-1828 segundo as listas nominativas de habitantes)", *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 131-43, 1972; Alida C. Metcalf, "Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil", *Estudos Econômicos* 13: edição especial (1983), p. 771-86. Essa linha de investigação deve muito ao trabalho pioneiro de Lucilia Hermann publicado em 1948 e recentemente republicado como *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*, (São Paulo, 1986).

31. Os comentários sobre Atibaia, o "celeiro de São Paulo", encontram-se em Kuznesof, "Household Economy", 111.

32. Emilio Willems "Social Differentiation in Colonial Brazil"; *Comparative Studies in Society and History*, v. 12, n.1, p. 31-49, 1970.

33. Alida C. Metcalf, "Families of Planters, Peasants, and Slaves: Strategies for Survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820" (dissertação de Ph.D. University of Texas, 1983).

viam ser considerados "agricultores pobres" ou "roceiros ricos" é problema conceitual que não precisa nos ocupar neste momento. Em Parnaíba e em outros pontos da capitania, os agricultores, tanto dos setores interno quanto de exportação, estavam sendo cada vez mais atraídos para a economia de mercado, de diversas maneiras.

Qualquer que fosse o impulso proporcionado pelos produtos de exportação como o açúcar, está claro que a comercialização da agricultura e suas conseqüências sobre o valor das terras e as estruturas familiares resultaram das novas exigências do mercado dentro da própria colônia. Nesse ponto, o crescimento das cidades de São Paulo e, em especial, Rio de Janeiro, e a expansão dos setores de exportação dessas regiões gerou uma série de ligações com amplas conseqüências sobre os setores não-exportadores. A demanda urbana de carne, acoplada à produção da lavoura em expansão com carência de transportes e suprimentos para os trabalhadores agrícolas, gerou novas oportunidades agropecuárias e estimulou o desenvolvimento de uma infraestrutura de estradas e de paradas para tropas e caminhos de gado que atendessem a essas necessidades.

São Paulo tornou-se grande produtor e canal de gado. Fora criado um posto de coleta de impostos do governo em Sorocaba, na estrada para o sul e pode-se constatar em seu registro o progresso da pecuária. De uma média anual de cerca de 5.000 cabeças por ano, que passou pelo registro entre 1750 e 1780, o número dobrou para quase 10.000 entre 1780 e 1820. No início da década de 1820, quase 30.000 cabeças de mulas, cavalos e gado pagaram imposto anual ao governo.³⁴

A demanda de gado gerou novos centros de produção. A fronteira ao sul de São Paulo, a "quinta comarca", que compreende o atual estado do Paraná, continha pastos excelentes nos "campos gerais Curitibanos". Curitiba desenvolveu-se como centro importante, lugar onde o gado inverna antes de ser levado para o norte, para o mercado de So-

34. Maria Thereza Schorer Petrone, *O Barão de Iguapé* (São Paulo, 1976), p. 20-24.

rocaba, nas adjacências de bons pastos. Os habitantes de Curitiba quase sempre compravam gado mais ao sul, no Rio Grande do Sul e, depois de inverná-los no Paraná, o rewendia. O gado e as mulas eram seu próprio transporte e podiam viajar com apenas alguns boiadeiros, mas surgiram estradas e uma série de paradas nas rotas principais. A expansão das áreas ocupadas aumentou quando abriram os "campos de Guarapuava" e os "campos de Palmas" e foram criadas novas fazendas. Isso gerou algumas grandes fortunas, como a de João da Silva Machado (mais tarde Barão de Antonina), que desbravou o oeste do Paraná, e a de Antônio da Silva Prado (mais tarde Barão Iguape), que tinha contrato para cobrança de impostos em Sorocaba e também era um grande comerciante de gado.³⁵ Ao lado dessas fortunas havia centenas de fazendas de gado menores e um número ainda maior de sítios agrícolas. Muitos deles produziam um excedente de milho, feijão, tabaco, arroz e trigo que era vendido regionalmente ou despachado para São Paulo e Rio de Janeiro, partindo do porto de Paranaguá.³⁶ Os sítios, especialmente os localizados ao longo das estradas principais, também serviam de fazendas de criação de gado e de invernações, gerando assim uma rede de relações dos mercados do Rio de Janeiro à agropecuária de pequena escala no sul.³⁷

Pode-se encarar de diversas maneiras a comercialização cada vez maior da economia da região. Entre 1798 e 1830, a população escrava aumentou em cerca de um-ter-

35. *Ibid.*, p. 18-20.

36. *Ibid.* Essencial sobre o porto de Paranaguá é o trabalho de Cecilia Maria Westphalen. Ver, por exemplo, "O porto de Paranaguá e as flutuações da economia ocidental no século XIX", *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná* 20 (1973). Em fins do século XVIII, Paranaguá também servia de ponto de comércio de mercadorias da Europa e do nordeste do Brasil com destino ao Rio da Prata.

37. Marina Lourdes Ritter, *As sesmarias do Paraná no século XVIII* (Curitiba, 1980), p. 197-207.

co.³⁸ Entre 1820 e 1838, o número de comerciantes em Curitiba quadruplicou. O Paraná tornou-se parte integrante da economia colonial como fornecedor dos mercados internos ligados à exportação. Embora não tenhamos como saber se o número de pequenos agricultores aumentou nesse período, o que indica a proporção de produtores rurais atraídos pelo mercado é o fluxo cada vez maior de gêneros alimentícios para os mercados regionais.

A repercussão do crescimento do setor de exportação na economia interna e a formação de um mercado nacional, estavam mais evidentes no extremo sul do Brasil, o Rio Grande do Sul. Embora Portugal mantivesse, de maneira intermitente, um posto avançado no Rio da Prata a partir da década de 1680, e a região tivesse tido papel estratégico nas resoluções imperiais portuguesas de meados do século, a ocupação da região era escassa e a população pequena estava espalhada num território imenso. Os postos avançados militares e suas guarnições serviam de base para assentamentos, e a coroa portuguesa patrocinava a colonização com casais açorianos que eram trazidos para cultivar trigo. Não obstante, a maior parte da população ganhava a vida roubando alimentos, contrabandeando mercadorias e matando rebanhos praticamente selvagens de gado. Em meados do século XVIII, os rebanhos de mulas e de gado eram transportados para o norte pelo Caminho de Viamão até Curitiba e, depois, Sorocaba, mas o verdadeiro crescimento do Rio Grande ocorreu após 1780, com a demanda cada vez maior de seus produtos nos centros urbanos e com as lavouras de exportação.

As estatísticas de produção e exportação, embora às vezes contraditórias e quase sempre incompletas, delineiam o crescimento do Rio Grande. De 1750 a 1780, a região en-

38. Em 1798, o Paraná tinha uma população de 20.999 habitantes, dos quais 4.273 eram escravos. Por volta de 1830, a população total subira para 36.701 habitantes, dos quais 6.260 eram escravos. Ver Iraci del Nero da Costa e Horácio Gutierrez, *Paraná: Mapas de habitantes 1798-1830* (São Paulo, 1985), p. 18, p. 156.

viou cerca de 5.000 mulas por ano para São Paulo, porém entre 1780 e 1800 esse número subiu para 10.000 por ano e, depois, voltou a dobrar para 20.000 entre 1800 e 1826.³⁹ O número total de animais de todos os tipos aumentava à razão de 25 a 40 por cento por ano, apesar dos roubos, dos abates e das vendas, e o valor do rebanho total subiu de 340 mil réis em 1780 para 960 milhões de réis por volta de 1787.⁴⁰ Juntamente com os animais vivos, o Rio Grande começou a exportar carne seca, ou charque. Os produtores abriram a primeira fábrica em 1780, pouco depois que uma seca devastadora no nordeste do Brasil dizimou rebanhos e elevou o preço da carne seca. Os produtores do Rio Grande aproveitaram a oportunidade e a produção cresceu rapidamente, estimulada por outra seca no nordeste (1791-93) e, depois, pela abolição do monopólio real do sal em 1801, que durante muito tempo tornara proibitivo os custos da produção de charque. As zonas rurais em expansão e as populações urbanas em crescimento do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco tornaram-se as principais consumidoras do charque do Rio Grande.

Por fim, o Rio Grande também se tornou exportador de cereais. O trigo e a farinha de trigo eram embarcados em grandes quantidades para inúmeros portos brasileiros, porém principalmente para o do Rio de Janeiro. Em 1787, o Rio Grande produziu mais de 105.000 arrobas de trigo, das quais o Rio de Janeiro recebeu 85.000 e uma parte do restante foi para outros portos.⁴¹ Isso era, claramente, agricul-

39. Medeiros dos Santos, *Economia e sociedade do Rio Grande*, p. 75.

40. *Ibid.*, p. 82-84.

41. Rudolph William Baus, "Rio de Janeiro: The Rise of Late Colonial Brazil's Dominant Emporium, 1777-1808" (dissertação de Ph.D., Tulane University, 1977), p. 133-35, p. 183-84. Ver também os números em Brown, "Internal Commerce", 434. Entre algumas das remessas de cereais do Rio Grande havia re-exportações de Santa Catarina, que também estava se tornando fornecedor dos mercados de alimentos do Rio de Janeiro e do nordeste. Ver Laura Machado Hübner, *O comércio da cidade do Desterro no século XIX* (Florianópolis, 1981), p. 43-63.

tura comercial. Os casais açorianos que haviam se estabelecido como pequenos agricultores colonos foram a base da expansão agrícola. Era fácil comprar terras e os terrenos eram relativamente amplos. Em 1787, dos 841 latifúndios do Rio Grande do Sul, menos de 10 por cento tinham menos de 200 hectares, e mais de 50 por cento tinham de 200 a 5.000 hectares.⁴²

Apesar de uma historiografia antiga que dá ênfase à “liberdade dos pampas”, agora também se sabe bem que desde o início os escravos estavam presentes nos postos avançados e eram usados na agricultura e na pecuária do Rio Grande. Em 1780, cerca de um-terço da população da região, de 17.923 habitantes, eram negros, essa proporção aumentou. Em 1814, quase 40 por cento da população eram de origem africana ou afro-brasileira.⁴³ Os escravos eram utilizados principalmente na produção comercial de trigo, e, depois de 1780, nas *charqueadas*, onde se abatia o gado e se preparava a carne seca. A comercialização do abastecimento colonial gerou uma demanda de mão-de-obra atendida no estilo brasileiro – recorrendo-se aos escravos africanos e afro-brasileiros.

A dificuldade de separar o setor de exportação do mercado interno está evidente no caso do comércio entre o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Por volta de 1803, metade da metade dos navios que chegavam ao Rio de Janeiro eram provenientes do Rio Grande (134 em 218), e eram descarregadas grandes quantidades de cereais, charque, couro e outros produtos agropecuários durante todo o período.⁴⁴ A po-

42. Corcino Medeiros dos Santos, “Distribuição a uso da terra no Rio Grande do Sul no século XVIII”, in *A Propriedade rural. Anais do VII Simpósio dos Professores Universitários de História* 3 v. (São Paulo, 1976), 2, p. 371-90.

43. O estudo clássico do uso de escravos na economia do Rio Grande do Sul e Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (São Paulo, 1962). Sobre os costumes sociais, ver Joseph Hörmeyer, *O Rio Grande do Sul de 1850* (Porto Alegre, 1986), p. 64-83.

44. Jobson de A. Arruda, *O Brasil*, p. 159.

pulação do Rio consumia uma parte dessas mercadorias, mas uma quantidade ainda maior era exportada para Portugal e para Angola. De certa forma, para os produtores do Rio Grande do Sul não fazia diferença onde seus produtos seriam consumidos. Essa capitania foi integrada à colônia brasileira por um ativo comércio litorâneo que abastecia os mercados do Rio de Janeiro, da Bahia e de outros portos. Os agricultores de cana-de-açúcar da Bahia e de Pernambuco passaram a depender da “nociva carne seca do Rio Grande” para alimentar seus escravos, e os produtores do Rio Grande voltaram-se para os mercados internos viabilizados pelos setores urbanos e de exportação.⁴⁵

No caso de Minas Gerais, vemos as conseqüências da criação de um mercado interno em expansão no crescimento da economia regional e da comercialização da agricultura de subsistência. A economia de Minas Gerais passara por um período de grande declínio quando a produção de ouro e diamantes caiu após meados do século XVIII. Os centros de garimpo se contraíram e o número de minas e jazidas diminuiu, enquanto a população se transferia para a agropecuária de subsistência. Por volta de 1810, menos de 10 por cento dos aproximadamente 150.000 escravos da capitania ainda trabalhavam no garimpo. Com efeito, a população escrava caiu de cerca de 190.000 em 1786 para 148.000 em 1808, a maioria em ocupações rurais.⁴⁶ Embora alguns desses escravos fossem empregados na agricultura destinada à exportação, como o açúcar, o algodão e as novas plantações de café, no início do século XIX, a maioria dos escravos pro-

45. A observação foi feita em 1800 por Marco Antônio de Sousa em *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2. ed. (Aracaju, 1944), e é citada em Schwartz, *Sugar Plantations*, p.139.

46. Amílcar Martins Filho e Roberto B. Martins, “Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited”, *HAHR*, v. 63, n. 3, p. 537-69, Ago. 1983. Ver também Roberto Borges Martins, “A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX” (Belo Horizonte, 1980), Centro de Desenvolvimento e planejamento regional, Universidade Federal de Minas Gerais, n.10.

vavelmente estivesse trabalhando na produção que abastecia o mercado do Rio de Janeiro. A população escrava de Minas Gerais começou a crescer novamente no início do século XIX e a região continuou a ser a principal importadora do tráfico de escravos.

A economia de Minas Gerais reagiu aos mercados internos em expansão do final do período colonial. As antigas estradas que atravessavam a serra da Mantiqueira, que antes serviam para transportar o ouro de Minas Gerais para o porto do Rio de Janeiro, tornaram-se rotas pelas quais escoavam para a Corte o gado, porcos, carne seca, queijo, tabaco e um pouco de tecidos de algodão. Em 1818, mais de 56 por cento do valor das mercadorias despachadas de Minas eram em produtos para consumo interno.⁴⁷ Grandes tropas de mulas percorriam essas estradas e os donos de grandes lavouras e das mulas uniram-se aos comerciantes do Rio para garantir estradas, pontes e portos adequados.

Em fins do período colonial, Minas Gerais apresenta o que alguns acadêmicos consideram anomalia: uma área de ativo desenvolvimento econômico com grande população de escravos proveniente da importação contínua de novos escravos da África, mas aparentemente separada do setor de exportação. A economia mista de Minas e a "auto-suficiência" de suas fazendas salientadas por diversos viajantes levou alguns autores a afirmar que Minas era uma região praticamente autárquica, com economia em desenvolvimento devido a seu próprio consumo interno.⁴⁸ Embora esses autores

47. Alcir Lenharo, *As tropas de moderação* (São Paulo, 1979), 79. Em 1818-19, Minas exportou mercadorias no valor de 1.620.285\$. Desse total, 913.650\$ foram reservados para o mercado interno. As quantias são um tanto enganosas, pois o mercado do algodão brasileiro naqueles anos estava muito bom e a grande quantidade de algodão produzido, que elevou a proporção dos valores da exportação, foi, de fato, uma situação extraordinária.

48. Esse é o ponto fundamental de Martins Filho e Martins, "Slavery in a Non-Export Economy", p. 537-38. O leitor deve consultar as críticas a essa tese feitas por Robert Slenes, Warren Dean, Stanley Engerman e Eugene Genovese, pu-

estejam corretos ao indicar a natureza agrícola da escravatura de Minas, não perceberam que os garimpeiros, senhores de escravos, ainda estavam produzindo para um mercado e que a agricultura mista de pequena escala rendia lucros suficientes para gerar uma receita que viabilizava a compra de mais escravos. Em vez de operar numa economia auto-suficiente, parece que os produtores garimpeiros dependiam profunda e continuamente do tráfico internacional de escravos. Os mercados local e regional disponíveis para seus produtos proporcionavam os recursos que financiavam a continuação e a expansão dessa economia escravagista.

Jamais houve dúvidas com relação ao tipo de mão-de-obra de Minas Gerais. Em meados do século XVIII, a população livre havia tido um aumento natural e pode ter gerado mão-de-obra para aproveitar as oportunidades de fins da expansão colonial. A disponibilidade de terras devolutas, porém, e a facilidade do cultivo de alimentos suficientes fez com que essa população se tornasse indisponível na forma de mão-de-obra agrícola. Essas pessoas preferiam viver em suas roças como "roceiros" independentes, utilizando a produção doméstica para atender às próprias necessidades.⁴⁹ Algumas, de fato, sentiram-se atraídas pelo mercado de abastecimento e também se tornaram proprietárias de escravos. Em fins da era colonial, era simplesmente mais lucrativo depender do tráfico internacional de escravos do que pôr em vigor políticas agrárias ou sociais que gerassem uma força de trabalho agrícola não-escrava.

A transição para a agricultura de pequena escala, porém produzida por escravos, em Minas Gerais apresentou al-

blicadas simultaneamente em *HAHR*, v. 63, n. 3, p. 569-90, 1983. Ver também a crítica demográfica de Wilson Cano e Francisco Vidal Luna, "La reproducción natural de los esclavos en Minas Gerais", *HISLA*, 4, p. 130-35, 1985. A questão também é bem discutida em Douglas Cole Libby, *Transformação e trabalho em uma economia escravista* (São Paulo, 1988), p. 38-61.

49. Sobre o desenvolvimento da agricultura mista, ver Lawrence J. Nielsen, "Of Gentry, Peasants, and Slaves: Rural Society in Sabar and its Hinterland" (dissertação de Ph.D., University of California, Davis, 1975).

gumas dificuldades. A escravatura de Minas Gerais, mesmo durante a explosão do garimpo, sempre foi de pequena escala, caracterizada por (1) baixo nível de concentração de propriedade de escravos, (2) mais de 70 por cento de proprietários com menos de cinco escravos, e (3) de um quarto a metade dos escravos mantidos em unidades desse tamanho.⁵⁰ A concentração na agricultura voltada para o mercado não requeria nenhuma mudança marcante nos padrões regionais tradicionais de escravismo. O fundamento da expansão da escravidão não era a safra para exportação, mas simplesmente um mercado suficientemente lucrativo para sustentar lucros que tornassem compensadora a compra de mão-de-obra adicional.

REAÇÕES DOS AGRICULTORES E DOS ESCRAVOS: A "BRECHA CAMPONESA"

No próprio setor de exportação, tanto os escravos quanto os senhores também reagiram ao surto de exportação de maneiras que afetaram o sistema da lavoura e o mercado interno da colônia. Com preços fortes para as exportações brasileiras no mercado internacional, os agricultores estavam muito relutantes em cultivar alimentos para a própria força de trabalho e preferiam, pelo contrário, comprar o que fosse necessário para incentivar os escravos a plantar seus próprios alimentos. Em meados do século XVIII, os agricultores calculavam que era necessário fornecer um alqueire de farinha de mandioca por escravo a cada 40 dias, ou mais ou menos dez alqueires por ano. Não era difícil produzir essa quota. José da Silva Lisboa calculou que até o terreno mais comum produziria 20 alqueires para cada cova plantada e que cada escravo poderia plantar 100 covas por dia. Assim, em dez dias de plantio e dez dias de colheita, cada escravo

50. "Estrutura da posse de escravos", In: *Minas colonial: economia e sociedade*, ed. Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa (São Paulo, 1982), p. 81-56; Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: escravos e senhores* (São Paulo, 1981).

produzia doze vezes mais do que precisava para a própria subsistência.⁵¹ Contudo, muitos agricultores preferiam comprar mantimentos e, assim, quando havia cortes de despesas, a primeira a sofrer era a ração dos escravos.

Há indícios esparsos da estratégia dos agricultores na compra de mantimentos. Na Bahia, a compra de alimentos para os escravos geralmente constituía entre 20 e 30 por cento das despesas operacionais da lavoura da cana de açúcar. Mesmo assim, observadores do século XVI ao XIX assinalaram que os escravos dessa região eram mal-alimentados. Alguns dados de Pernambuco são reveladores nesse aspecto. Em 51 engenhos da paróquia de Serinhaem em 1788, havia 3.801 escravos, mas esses engenhos só produziam 11,1 alqueires de mandioca, ou menos de três alqueires por escravo. Assim para atingir a quantidade necessária de alimentos, era preciso comprar ou que os escravos cultivassem quase dois-terços dos próprios alimentos. O distrito produtor de açúcar – e rum – de São Gonçalo (Rio de Janeiro) nesse período tinha cerca de 5.900 habitantes, mas só cultivava 13.800 alqueires de mandioca, ou menos de 2 alqueires por pessoa.⁵² Esse padrão se repete em muitas regiões exportado-

51. AHU, Bahia pap. avul. caixa 61 (1751). As estimativas de Silva Lisboa foram feitas em uma carta ao Dr. Domingos Vandelli em 1781. Ver *ABNR* 32 (1910), p. 494-507. A carta é discutida em Thales de Azevedo, *Povoamento da cidade do Salvador*, 2. ed. (Salvador, 1969), p. 239. A mandioca apresentava diversas vantagens como agricultura dos escravos. Não tinha temporada fixa de colheita, embora ainda seja frequentemente plantada em julho, "o mês de Santana", tradicionalmente o mês em que a colheita da cana-de-açúcar já terminara. A mandioca pode ficar longos períodos no solo sem apodrecer. Ver Saint, *The Social Organization*, p. 54-55; Mario Hiraoka e Shozo Yamamoto, "Changing Agricultural Land Use in the Agreste of Northeast Brazil"; *Latin American Studies* (University of Tsukuba, Japão), 2 (1981), p. 81-117.

52. "Mappa geral da Vila de Serinhaem (1788)", IHGAP, Estante A, gaveta 5. Além da mandioca produzida nos 51 latifúndios, dez engenhos também enumeravam uma pequena

ras. Tornou as lavouras dependentes dos fornecedores de gêneros alimentícios e, assim, tornou vulneráveis os agricultores e, principalmente os escravos. Era grande incentivo para que os escravos procurassem oportunidades de cultivar uma parte dos próprios alimentos para ter acesso a uma mercadoria comercializável.

O costume de escravos produzirem seus próprios alimentos engendrou um intenso debate histórico e ideológico, grande parte do qual gira em torno das relações sociais entre a produção de alimentos dos escravos e o grau de autonomia com que os escravos podiam decidir a quantidade de mão-de-obra, a seleção da safra e a venda do excedente. Se essa atividade constituía uma “brecha camponesa” no escravismo, ou era simplesmente a continuação de um modo de produção escravo, é a questão em debate.⁵³ Mesmo quando produziam os próprios alimentos, os escravos não eram roceiros devido ao nível de coação e as limitações às suas decisões que eram geralmente muito maiores que as condições nas quais os roceiros operavam. Não obstante, a “brecha camponesa” foi um passo rumo a um pouco mais de independência e, como tal, era reconhecida pelos escravos como melhoria de vida, como denota a tendência rumo à vida agrícola nas Antilhas pós-emancipação.

produção de arroz, mas nenhum deles produziu mais de 40 alqueires naquele ano. Sobre São Gonçalo, ver ANTT, Mss. do Brasil, códice 4, f. 291.

53. Ver capítulo 2. Escritos fundamentais no debate sobre a brecha camponesa são Ciro Flamarion S. Cardoso, “A brecha camponesa no sistema escravista”; in *Agricultura, escravismo e capitalismo* (Petrópolis, 1979), p. 133-54; Antonio Barros de Castro, “A economia política, o capitalismo e a escravidão”, In: *Modos de produção e realidade brasileira* ed. José Roberto de Amaral Lapa (Petrópolis, 1980), p. 67-108; Jacob Gorender, “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”; *Estudos Econômicos*, v. 13, n.1, p. 7-40, 1983; Stuart B. Schwartz, “Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves’ View of Slavery”, *HAHR*, v. 57, n. 1, p. 68-81, Fev. 1977.

No debate sobre a “brecha camponesa” no Brasil, nenhum dos lados deu muita atenção às mudanças ocorridas com o tempo. O “sistema brasileiro” de permitir que os escravos cultivassem suas próprias safras existiu pelo menos a partir do século XVII, mas é provável que só tenha sido praticado com mais intensidade em alguns lugares e épocas do que em outros. Grande parte dos indícios da produção de alimentos dos escravos provém, de fato, de fins do século XVIII e do século XIX. Dado o forte mercado para a exportação agrícola em fins do período colonial, não é difícil perceber por que os agricultores preferiam dedicar-lhe o máximo em terras. Ao mesmo tempo, os escravos percebiam a vantagem de suplementar a dieta e vender o excedente, especialmente numa época em que era alta a demanda urbana de mantimentos. Alguns escravos, pelo menos, produziam o bastante para atender às próprias necessidades e vender o restante nos mercados locais, enquanto outros latifúndios e as cidades se tornavam consumidores dessas mercadorias.

Listas de preços dos produtos básicos, tanto do Rio de Janeiro quanto de Salvador, indicam que a demanda era alta. O preço da mandioca em Salvador subiu entre 1770 e 1800, caiu um pouco na década de 1810 e voltou a subir até meados da década de 1820. Os preços dos alimentos no Rio de Janeiro demonstraram um padrão semelhante.⁵⁴ Se houve uma época em que os escravos provavelmente lucraram com a venda de seus excedentes, foi em fins do período colonial.

A produção dos escravos proporcionou vantagens tanto para os escravos quanto para os senhores. Manuais de agricultores deixavam claro que o controle social também entrava nessa equação. Conforme disseram alguns agricul-

54. Ver discussão em Schwartz, *Sugar Plantations*, p. 435-36. Os pontos de partida da série de preços das mercadorias nesse período são Harold B. Johnson, “A Preliminary Inquiry into Money, Prices, and Wages in Rio de Janeiro, 1763-1823”, In: *Colonial Roots of Modern Brazil*, ed. Dauril Alden (Berkeley, 1973), p. 231-84; Katia M. de Queirós Mattoso, “Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta da independência”, *Universitas*, 15 16 (1973), p. 5-26.

tores de Vassouras em 1854, "o escravo que é proprietário não foge nem provoca desordens".⁵⁵ Ademais, permitir aos escravos alguns períodos de folga com essa finalidade era um incentivo dentro da rotina normal de trabalho e, assim, diminuía os problemas de supervisão. Do ponto de vista dos escravos, a possibilidade de ganhar algum dinheiro para comprar roupas e outros produtos, ou talvez acabar comprando a manumissão, era uma vantagem desejável. Embora os escravos pudessem ser trapaceados e perder esse dinheiro, era costume respeitar sua integridade, porque a utilidade de proporcionar um objetivo aos escravos era muito importante para a manutenção da disciplina e do controle.⁵⁶

O contingente escravo em expansão nesse período formou tanto um mercado quanto um fornecedor de mantimentos. Determinada lavoura ou região ser consumidora ou fornecedora de gêneros alimentícios era situação que variava segundo circunstâncias específicas. Aliás, é impossível calcular a proporção de alimentos cultivados pelos escravos que eram consumidos pelos próprios escravos ou chegavam ao mercado, ou saber qual percentual dos mantimentos que chegavam aos mercados locais era produzido pelos escravos sozinhos. Contudo, está claro que o mercado interno criou algumas oportunidades que os próprios escravos estavam ansiosos por aproveitar. Quando, como vimos no Capítulo I, um grupo de escravos recalcitrantes de Ilhéus, em 1789, exigiu tempo para cultivar os próprios alimentos e um meio de transportá-los para o mercado de Salvador, estavam demonstrando com seus objetivos a penetração da agricultura comercial no âmago da escravatura.

55. Esse comentário é citado por Eduardo Silva em "A função ideológica da 'brecha camponesa'", in Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p. 22-31. Ver também seu *Barões e escravidão* (Rio de Janeiro, 1984, especialmente a seção: "A carestia dos gêneros: como sustentar a bicharada", p. 159-70).

56. Henry Koster, *Travels in Brazil*, 2. ed., 2 v. (Philadelphia, 1817), II, p. 194, p. 226-28. Koster assinala que em Pernambuco a tradição do pecúlio dos escravos geralmente era respeitada.

BAHIA: REAÇÕES DOS ROCEIROS ÀS TENSÕES ENTRE ALIMENTOS E EXPORTAÇÃO

Em capitanias como a da Bahia, que tinham um forte setor de exportação, a tensão entre a produção de alimentos e a agricultura para exportação era um problema antigo e incessante, exacerbado principalmente durante os períodos de expansão da exportação. O problema da escassez de alimentos em zonas agrícolas já existia em meados do século XVII. Em Pernambuco, Maurício de Nassau, Governador da colônia holandesa no Brasil, havia ordenado em 1638 o plantio de pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo, para evitar escassez.⁵⁷ Na Bahia, a partir de meados do século XVIII os governadores limitavam o plantio de cana-de-açúcar e tabaco a certas regiões do Recôncavo, para garantir que outras áreas produziram gêneros alimentícios a fim de alimentar a população da lavoura e a cidade de Salvador.⁵⁸

O povo e as tropas militares de Salvador passaram a depender muito da farinha de mandioca fornecida pelas regiões do litoral sul da Bahia (Boipeba, Cairu, Camamu e Ilhéus), e se tornaram suscetíveis à manipulação dos agricultores e dos comerciantes. Conforme um governador declarou em 1670, "em todas as administrações sempre houve fome e o preço altíssimo da farinha nesta praça".⁵⁹ Isso

57. José Antonio Gonsalves de Mello, *Tempo dos flamengos*. 2. ed. (Recife, 1978), p. 150; Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada* (São Paulo, 1975), p. 192. O problema mandioca x açúcar é discutido em Gileno de Carli, "Geografia econômica a social da canna de açúcar no Brasil"; *Brasil Açucareiro*, v. 10, n. 1, p. 24-41, 1937; v. 10, n. 2, p. 200-226, 1937.

58. *Bando* (5 Fev. 1639) BI, Cartas do Conde de Torre, Livro Z, n.3; *Bando* (28 Mai 1654), APB, ord. reg. 59, f. 70-71. O Conde de Atougia suspendeu a antiga proibição de plantação de tabaco em Cachoeira e Inhambupe porque a farinha de mandioca produzida nessas regiões não ia para Salvador.

59. *Bando* (24 de Abril de 1670) Governador Alexandre de Sousa Freire ACS, 125.5 Provisões.

tores de Vassouras em 1854, "o escravo que é proprietário não foge nem provoca desordens".⁵⁵ Ademais, permitir aos escravos alguns períodos de folga com essa finalidade era um incentivo dentro da rotina normal de trabalho e, assim, diminuía os problemas de supervisão. Do ponto de vista dos escravos, a possibilidade de ganhar algum dinheiro para comprar roupas e outros produtos, ou talvez acabar comprando a manumissão, era uma vantagem desejável. Embora os escravos pudessem ser trapaceados e perder esse dinheiro, era costume respeitar sua integridade, porque a utilidade de proporcionar um objetivo aos escravos era muito importante para a manutenção da disciplina e do controle.⁵⁶

O contingente escravo em expansão nesse período formou tanto um mercado quanto um fornecedor de mantimentos. Determinada lavoura ou região ser consumidora ou fornecedora de gêneros alimentícios era situação que variava segundo circunstâncias específicas. Aliás, é impossível calcular a proporção de alimentos cultivados pelos escravos que eram consumidos pelos próprios escravos ou chegavam ao mercado, ou saber qual percentual dos mantimentos que chegavam aos mercados locais era produzido pelos escravos sozinhos. Contudo, está claro que o mercado interno criou algumas oportunidades que os próprios escravos estavam ansiosos por aproveitar. Quando, como vimos no Capítulo 1, um grupo de escravos recalcitrantes de Ilhéus, em 1789, exigiu tempo para cultivar os próprios alimentos e um meio de transportá-los para o mercado de Salvador, estavam demonstrando com seus objetivos a penetração da agricultura comercial no âmago da escravatura.

55. Esse comentário é citado por Eduardo Silva em "A função ideológica da 'brecha camponesa'", in Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p. 22-31. Ver também seu *Barões e escravidão* (Rio de Janeiro, 1984, especialmente a seção: "A carestia dos gêneros: como sustentar a bicharada", p. 159-70.

56. Henry Koster, *Travels in Brazil*, 2. ed., 2 v. (Philadelphia, 1817), II, p. 194, p. 226-28. Koster assinala que em Pernambuco a tradição do pecúlio dos escravos geralmente era respeitada.

BAHIA: REAÇÕES DOS ROCEIROS ÀS TENSÕES ENTRE ALIMENTOS E EXPORTAÇÃO

Em capitanias como a da Bahia, que tinham um forte setor de exportação, a tensão entre a produção de alimentos e a agricultura para exportação era um problema antigo e incessante, exacerbado principalmente durante os períodos de expansão da exportação. O problema da escassez de alimentos em zonas agrícolas já existia em meados do século XVII. Em Pernambuco, Maurício de Nassau, Governador da colônia holandesa no Brasil, havia ordenado em 1638 o plantio de pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo, para evitar escassez.⁵⁷ Na Bahia, a partir de meados do século XVIII os governadores limitavam o plantio de cana-de-açúcar e tabaco a certas regiões do Recôncavo, para garantir que outras áreas produziram gêneros alimentícios a fim de alimentar a população da lavoura e a cidade de Salvador.⁵⁸

O povo e as tropas militares de Salvador passaram a depender muito da farinha de mandioca fornecida pelas regiões do litoral sul da Bahia (Boipeba, Cairu, Camamu e Ilhéus), e se tornaram suscetíveis à manipulação dos agricultores e dos comerciantes. Conforme um governador declarou em 1670, "em todas as administrações sempre houve fome e o preço altíssimo da farinha nesta praça".⁵⁹ Isso

57. José Antonio Gonsalves de Mello, *Tempo dos flamengos*. 2. ed. (Recife, 1978), p. 150; Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada* (São Paulo, 1975), p. 192. O problema mandioca x açúcar é discutido em Gileno de Carli, "Geografia econômica e social da canna de açúcar no Brasil"; *Brasil Açucareiro*, v. 10, n. 1, p. 24-41, 1937; v. 10, n. 2, p. 200-226, 1937.

58. *Bando* (5 Fev. 1639) BI, Cartas do Conde de Torre, Livro Z, n.3; *Bando* (28 Mai 1654), APB, ord. reg. 59, f. 70-71. O Conde de Atouguia suspendeu a antiga proibição de plantação de tabaco em Cachoeira e Inhambupe porque a farinha de mandioca produzida nessas regiões não ia para Salvador.

59. *Bando* (24 de Abril de 1670) Governador Alexandre de Sousa Freire ACS, 125.5 Provisões.

levou, em 1688, à exigência jurídica de que todo agricultor de cana-de-açúcar e tabaco no Recôncavo cultivasse 500 covas para cada escravo que possuísse.⁶⁰ Essa legislação se repetiu em 1701, época em que um novo mandato obrigou os comerciantes do tráfico de escravos a manter plantações de mandioca para fornecer aos navios. Tanto os agricultores quanto os donos dos navios não conseguiram contornar a lei, preferindo comprar gêneros alimentícios a cultivá-los.⁶¹ Por trás dessa legislação estava a crença de que aproximadamente um-terço da farinha produzida em 500 covas proporcionaria sustento suficiente para cada pessoa, e os dois-terços restantes poderiam ser vendidos. Se esse cálculo estiver certo, as estimativas posteriores que Silva Lisboa fez da produção de dez alqueires para cada mil covas são, de fato, a produção mínima com base em solo pobre. Terras melhores talvez pudessem produzir até 30 alqueires para cada mil covas.

As exigências da agricultura para exportação e do tráfico de escravos em conflito, embora interdependentes, com

60. A Câmara de Salvador queria essa legislação devido à escassez e aos preços altos. Sua proposta foi encaminhada a Lisboa em 1687 pelo Governador Matias da Cunha, que também relatou que muitos engenhos não plantavam mandioca e outros, que tinham terras para tais plantações, as alugavam. Cf. ACB, III, (14 de julho de 1686), p. 32-33; Da Cunha para Conselho Ultramarino (9 ago. 1687), AHU, Bahia pap. av. caixa 15.

61. ACS, Provisões reais 25.2, f. 131v.-132; 27.2, f. 137-38. A lei que exigia dos traficantes de escravos a manutenção de roças de mandioca era fonte de conflito entre a Câmara de Salvador e os comerciantes da cidade. Além de preferir comprar mandioca, em vez de produzi-la, em 1729 estimou-se que eram utilizados mais de 6.000 alqueires só no tráfico de Minas. Ver AHU, Bahia pap. avul. caixa 90 1st série não-catalogada. (27 de julho de 1729); caixa 45, 1ª série não-catalogada. (21 de maio de 1731); APB, Cartas do Senado 132, f. 160. As reclamações contra os comerciantes continuaram durante todo o século XVIII. Ver a de 6 de novembro em ABNRJ 31 (1909), 90. docs. 1, 351; 1, 352.

as da população urbana, bem como as necessidades de alimentos de toda a população, tiveram conseqüências sociais e econômicas importantes e de longa duração na colônia. Estava claro que se evitava a produção de safras de alimentos, devido ao baixo retorno que proporcionava para os investimentos, nas áreas onde fosse possível o cultivo de safras para exportação. A agricultura de subsistência passou a ser desprezada, tanto social quanto economicamente. Com certeza os agricultores da cana-de-açúcar não queriam participar dela. A famosa declaração de Manoel Ferreira da Câmara, em 1807, de que cultivaria mandioca para evitar o absurdo de "renunciar à melhor agricultura do mundo pela pior", salientou essa opinião.⁶² Dados extraídos de listas de lavouras de Pernambuco e Sergipe de El-Rey na década de 1780 indicam que muitos agricultores da cana-de-açúcar não cultivavam mandioca, ou cultivavam muito pouco, para alimentar os escravos.⁶³ Governadores reais e câmaras municipais lutaram durante todo o século XVIII para impor a produção obrigatória de gêneros alimentícios aos proprietários de lavouras de tabaco e cana-de-açúcar e aos traficantes de escravos, e para que criassem zonas exclusivamente dedicadas à produção de alimentos.⁶⁴

Na Bahia, a regionalização da produção de alimentos tornou-se possível devido à designação das paróquias de solo arenoso ou onde chovia pouco, como zonas para a produção da mandioca.⁶⁵ Havia diversos tipos de resistência a isso e, de

62. Ver a discussão em Azevedo, *Povoamento*, p. 265-99.

63. APB, Cartas ao governo 188.

64. Em 1693 o pasto de cavalos e gado em Cachoeira e Maragogipe era limitado para proteger as plantações de mandioca (ACS, 124.1 Provisões). Em 1706, quando os habitantes de Maragogipe, Capanema e Cachoeira tentaram suspender a proibição de plantação de tabaco, o governador encaminhou parecer negativo à coroa, argumentando que isso levaria ao abandono do cultivo da mandioca. (APB, Ord. reg. 7, n.511, 511A; ACS 124.7 Provisões, fs. 60-61).

65. Discorri sobre a geografia agrícola do Recôncavo em *Sugar Plantations*, p. 75-97.

tempos em tempos, a coroa tinha de intervir para proibir o cultivo de tabaco ou a criação de gado, mas, por fim, o sul do Recôncavo (Jaguaripe, Maragogipe) e o litoral sul da capitania se tornaram as principais fontes de gêneros alimentícios para a cidade de Salvador e para as áreas do cultivo do açúcar. A relutância dos exportadores do Recôncavo em plantar mandioca e a regionalização de seu cultivo tornou Salvador e o Recôncavo especialmente suscetíveis à manipulação de suprimentos e preços. Já em 1706 o governador da Bahia acusou os produtores de conspirarem ("fazendo entre sy convensão de não venderem") para o aumento do preço da farinha.⁶⁶ Reclamações semelhantes e a intervenção do governo continuaram durante todo o século XVIII.

A retração da economia de exportação na década de 1760, combinada ao crescimento da agricultura rural aumentara o fornecimento de alimentos e reduzira o preço suficientemente; em 1770, portanto, os traficantes de escravos puderam pedir isenção da obrigação de manter roças, alegando que os papéis de comerciante e agricultor eram incompatíveis. O conde de Povolide, governador na época, discordou, mas salientou que os comerciantes sempre haviam evitado "essa mais fácil de todas as agriculturas só por causa da preguiça, abundante neste país". Ele afirmou que ainda ocorria escassez.⁶⁷

A escassez, há muito sofrida pelos comerciantes escravos, tornou-se problema geral quando a recuperação econômica e a expansão da exportação de fins do período colonial intensificaram o problema do abastecimento de alimentos. No início da década de 1780, as flutuações de preços e a escassez levaram o governo a agir. Em 1785, a câmara municipal de Salvador ordenou que todos os agricultores em potencial plantassem mandioca e, para isso, requisitou um le-

66. Vasco Cezar de Meneses à coroa (25 Mai 1706), APB, Ord. reg. 7, n.511 A; AHU, Bahia.pap. avul. caixa 57 1ª série não-catalogada. (15 Mar. 1750).

67. Conde de Povolide ao Conselho Ultramarino (1771), APB, Ord. reg. 72; ABNRJ 32 (1910), 258, doc. 8458.

vantamento de toda a produção de mandioca.⁶⁸ Essas listas serviram de base para a operação do celeiro público, criado em 1785 como meio de garantir o abastecimento da cidade.⁶⁹ O celeiro representava uma tentativa do governo de estabilizar e controlar as vendas de alimentos em Salvador. Toda a farinha de mandioca, todo feijão, arroz e milho vendidos na cidade deviam ser vendidos para o celeiro, que, então, cobrava uma taxa de vinte réis por alqueire pelo serviço que prestava. Embora o celeiro centralizasse o mercado, os produtores se opunham a seu controle e descobriram inúmeros meios de contorná-lo. As compras de farinha de mandioca atingiram a média de 300 mil alqueires entre 1785 e 1812 (ver tabela 1). Mas com um índice de consumo de dez alqueires por ano, essa quantidade só teria abastecido de 40 a 60 por cento das necessidades da população de Salvador, que tinha de 50 a 80 mil habitantes. A reclamação dos plantadores de mandioca encontraram eco nos intelectuais propensos ao *laissez faire*. Embora o *celeiro público* evitasse a escassez grave na cidade, não conseguia evitar a tendência contínua de aumentos de preços.

68. O primeiro desses que vi é de Jaguaripe e data de 1780-81. Ver APB, Cartas ao governo 188; Offício do capitão mor das ordenanzas de Jaguaripe...(X30 nov. 1781) remette as relações dos lavradores empregados na plantação da mandioca", BNRJ, I-31, 30, 52. Ver também BNRJ II-34, 5, 28 sobre essa região. Seis listas de 1785-86 da área de Sergipe de El-Rey encontram-se em APB, Cartas ao governo 188. A lista de 1786 de Cairu está em BNRJ, I-31, 30, 51.

69. Ver a discussão em Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX* (São Paulo, 1978), p. 252-55.

Quando o surto de exportação se intensificou, o problema do abastecimento na capitania piorou. Os agricultores, atraídos pelos altos preços do açúcar e do tabaco, abandonaram a produção de alimentos ou mudaram-se das áreas restritas a essa agricultura. O ouvidor de Ilhéus, salientando a “maldita indolência dos agricultores” que tinham desobedecido às ordens reais e plantaram cana-de-açúcar, ordenou que voltassem à produção de mandioca em 1780.⁷⁰ Em 1780, o governo tentou impedir a construção de engenhos em Porto Seguro nos terrenos reservados a alimentos.⁷¹ Na década de 1790, Dom Fernando José de Portugal relatava o grande abandono do cultivo da mandioca e um deslocamento do capital e dos escravos para o açúcar, o algodão e o tabaco; também já era possível ver as conseqüências disso na fome e na pobreza das cidadezinhas do interior.⁷²

70. Provisão, Ouvidoria de Ilhéus (1780), APB, Cartas ao governo 181.

71. Dom Rodrigo José de Meneses ao Ouvidor de Porto Seguro (22 nov. 1786), APB, Cartas ao governo 188.

72. Gonçalo Francisco Monteiro, ouvidor de Ilhéus, escreveu ao governador da Bahia acerca da fome em sua área devido “à falta de agricultura e de plantio da mandioca”. O declínio na produção de mandioca resultou em perda de metade do dízimo. Ver APB Cartas ao governo 198 (27 jan. 1796). Ver também APB, Cartas do Governo a S. Mgdé. 1794-97, f. 230. Parece que houve processo semelhante em Pernambuco. No agreste semi-árido, os pequenos agricultores estavam mudando para o algodão e abandonando a mandioca, o que provocava escassez. Ver José Ribeiro Junior, “Trabalho e fome numa economia colonial”, *História*, 2 (1983), p. 15-20.

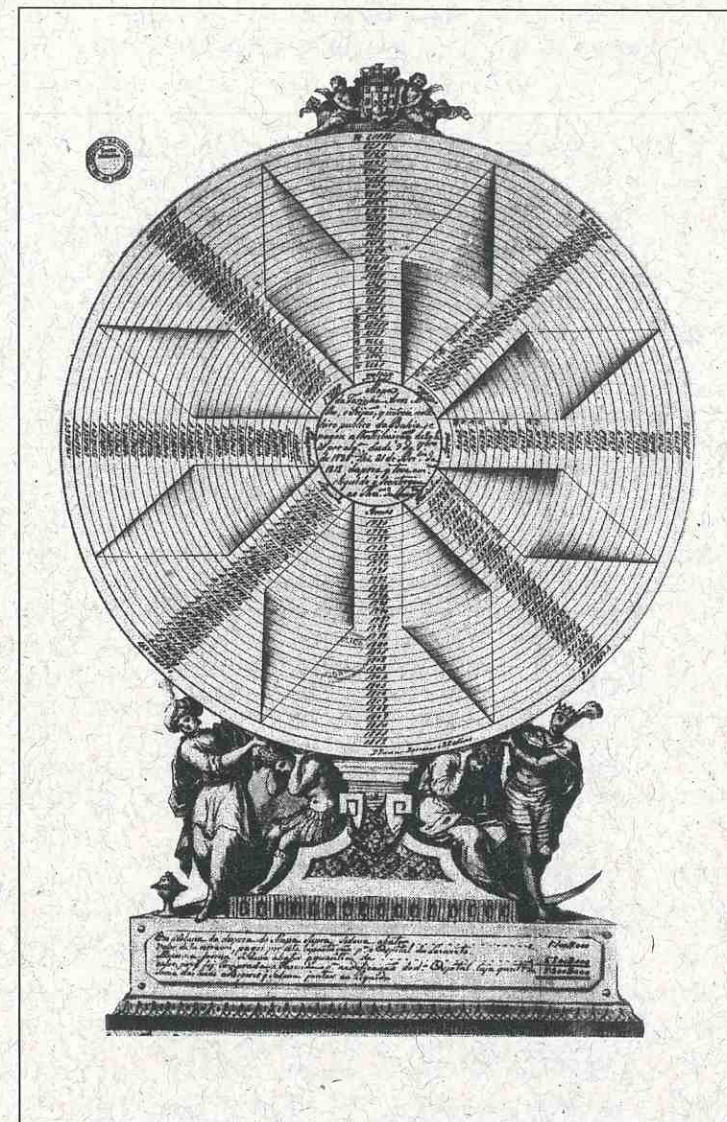


FIGURA 3. A arte da burocracia. Ilustração minuciosa que registra todos os alimentos que entraram no *Celeiro Público* de 1785 a 1812 e suas despesas operacionais.

Fontes: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Mesa da Inspeção.

TABELA 1. Compras de alimentos no Celeiro Público de Salvador e exportações de açúcar, 1785-1812.

Ano	Farinha	Arroz	Milho	Feijão	Arrobas de Açúcar
1785	83.949	6.003	8.522	1.973	
1786	221.078	13.056	20.099	7.449	
1787	230.000	18.169	24.539	7.675	
1788	289.809	10.520	23.020	7.774	
1789	269.992	7.247	23.340	5.856	
1790	274.636	7.645	22.298	11.629	
1791	289.648	11.157	10.581	6.745	
1792	365.378	9.538	11.819	3.505	
1793	257.502	10.087	12.621	5.513	
1794	237.180	7.24.5	14.397	6.474	
1795	282.244	7.416	21.418	5.967	
1796	300.922	10.049	19.376	4.235	1.165.426
1797	289.187	7.077	19.497	7.954	423.956
1798	278.149	8.263	25.716	11.772	758.848
1799	288.011	10.248	24.006	6.375	679.484
1800	281.155	7.574	21.806	8.138	608.299
1801	279.908	5.610	23.091	5.299	989.024
1802	362.218	6.186	17.296	5.546	605.210
1803	302.031	9.641	25.797	6.472	906.448
1804	296.406	6.354	21.656	4.858	653.049
1805	287.181	17.407	21.216	3.376	908.764
1806	347.083	29.721	27.244	5.484	893.144
1807	391.807	38.108	23.056	7.104	953.377
1808	248.761	32.202	30.150	6.370	101.947
1809	293.313	20.620	35.155	7.142	464.478
1810	311.376	17.485	33.898	5.656	267.724
1811	363.671	23.363	28.046	6.712	53.163
1812	327.0171	45.797	29.860	8.173	

Fontes: Jobson de Andrade, *O Comércio Colonial*; AMRJ. Códice 623, pacote 1.

A fome, os preços altos e a escassez de farinha na Bahia eram, até certo ponto, conseqüências do sistema colonial e da existência de mercados alternativos. A farinha de mandioca também era mercadoria de exportação e parte dela sempre fora despachada para o litoral da África. Em 1796, o ministro Dom Rodrigo do Sousa Coutinho tinha mandado o governador da Bahia aumentar a produção de mandioca para fornecer farinha a Portugal a fim de aliviar a falta de pão na metrópole. O governador achou que era uma idéia inviável e comentou, na época. Que a Bahia não conseguia alimentar a si própria sem importar alimentos de outras capitanias.⁷³ Na década de 1810, foi enviada farinha de mandioca à Europa suficiente para provocar mais reclamações.⁷⁴ Embora o preço da farinha de mandioca tivesse caído nessa década, a seca, as regulamentações governamentais, a atração da agricultura para exportação e a manipulação dos estoques de alimentos pelos especuladores geraram uma situação que levou a um fornecimento mais fraco. A Câmara de Santo Amaro escreveu em 1817 que a população estava prestes a passar fome devido à falta de farinha.⁷⁵ Houve sugestões de reformas, mas parece não haver dúvida de que as condições materiais e a verdadeira renda da maior parte da população livre piorou durante o período da explosão da exportação, e que essa situação tornou-se mais evidente no preço e na disponibilidade de gêneros alimentícios nas cidades.⁷⁶

73. Dom Fernando José de Portugal a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (31 Dez. 1796), *ABNRJ* 34 (1913), 405-6. doc. 16.779.

74. Vicente de Sá Portella, capitão mor de Santa Luzia do Rio Real em Sergipe de El-Rey reclamou ao governador da Bahia que a escassez na Bahia devia-se à exportação para a Europa e para Pernambuco. Ele calculava que sua região produzia duzentos mil alqueires por ano. Em 1812, havia remetido 40 mil para Salvador. Ver APB, Cartas ao governo 238.

75. Juiz de fora de Santo Amaro, José Bonifácio de Araújo e Azambuja (8 Jun 1817), APB, Cartas ao governo 241.

76. José de Sá e Bettencourt, "Memória sobre a lavoura de mandioca no termo da Vila de Camamu e a plantação de algodão", APB, Cartas ao governo clx, f. 499-511.

Para os produtores de mandioca, o cerne do problema eram os riscos. Era possível produzir mandioca para consumo próprio com novas ferramentas, em terras relativamente marginais, e com pouca mão-de-obra. Essa lavoura era tão fácil que qualquer pessoa que tentasse produzir para o mercado se deparava com preços bem fracos nos "anos bons". Nos "anos ruins" de enchentes ou seca, quando os preços subiam, os produtores marginais, além de ter pouco para vender, às vezes não tinham o suficiente para se alimentar. A compra de escravos para aumentar a produção, portanto, exigia capital e se fundamentava na expectativa de anos que não fossem nem "bons demais" nem "ruins demais". Incapazes de controlar a imprevisibilidade do tempo, os produtores, como era de se esperar, tentavam reter os estoques de mandioca e, assim, manipular o mercado, para desgraça dos habitantes e dos administradores de Salvador.

A copiosa correspondência oficial, gerada pelo problema de abastecimento e a existência de dados de recenseamentos e listas de produtores de mandioca são a base para que se possa compreender a organização da produção de mandioca. O cultivo da mandioca era a agricultura dos pobres, sempre organizado como produção de roça. Embora alguns agricultores de subsistência auto-suficientes estivessem envolvidos nessa lavoura, a produção de gêneros alimentícios para o mercado, oriunda de pequenas roças, caracterizava o mercado baiano.

São evidentes as grandes diferenças regionais nas estruturas da produção de mandioca. Na tabela 2, apresento a produção de mandioca das três áreas que abasteciam Salvador. As paróquias de Sergipe de El-Rey, que também produziam um pouco de açúcar, produziam mandioca suficiente para vender entre um-quarto e um-terço da produção. As regiões de Cairu e Maragogipe dedicavam-se totalmente ao abastecimento do mercado baiano. Com uma proporção conservadora de vinte alqueires para cada mil covas, está claro que essas regiões eram capazes de produzir o dobro do que necessitavam para a subsistência própria e que grande parcela da produção era vendida. O que se percebe nitidamente aqui é a penetração dessa produção escrava de pequena escala. Numa lista de produtores de Mandioca em Cairu,

preparada em 1780, constavam 188 pessoas, 169 das quais possuíam escravos.⁷⁷ Esses senhores de escravos tinham uma média de 4,3 escravos, e somente quatro possuíam 15 ou mais. Eram apenas "os mais humildes desses agricultores... que trabalham com o próprio braço, sem o auxílio de cativo nenhum", nas palavras do ouvidor de Ilhéus.⁷⁸ Em 1817, havia 2.500 senhores de escravos e 11.500 escravos nas paróquias produtoras de mandioca em Maragogipe e Jaguaripe. O número médio de escravos por proprietário era 4,5 e a concentração de propriedade era baixa (Coeficiente de Gini, de 0,38 a 0,45). Esses números indicam numerosos proprietários de escravos e o uso destes na produção de alimentos. A predominância de escravo nessas agriculturas suscita sérias dúvidas sobre a caracterização dos roceiros no Brasil.

As informações de Sergipe de El-Rey, contidas na tabela 2, salientam a tensão contínua entre o cultivo da mandioca e a produção de safras para exportação. Nessa região, que produzia açúcar e mandioca, e da qual Salvador dependia para o abastecimento de mandioca, a produção de alimentos caiu abaixo do que era necessário. Mesmo que calculemos produções maiores, o dobro do mínimo esperado, às necessidades locais aumentavam pouco porque inúmeros produtores de açúcar plantavam pouca, ou nenhuma, mandioca para os trabalhadores. Nisso, o conflito entre safras para exportação e necessidades de alimentos estavam em grande evidência, pois os agricultores tomaram a decisão de comprar, em vez de plantar mandioca, ou deixar que cuidassem de si mesmos.

77. BNRJ, I-31, 30, 51.

78. Bartolomeu Siqueira Lima, ouvidor interino de Ilhéus (19 Out. 1795), APB, Cartas ao governo 209.

TABELA 2. Subsistência e excedente na produção de mandioca, Bahia e Sergipe de El-Rey.

	Agricultores	Covas	Escravos	Total Pop.	Alqueires	Necessidades para subsistência (4)x10 alq.	Excedente para venda (5)-(6) alq.	Percentual da produção excedente (8)
	(1)	(000) (2)		(1)x45=(3) (4)	(2)x20 (5)	(6)	(7)	
Maragogipe (1780)	402	2.640	(1.809) ¹	3.618	52.800	36.180	16.620	31
Cairu (1785)	188	884	635	1.481	17.680	14.810	2.870	16
São Cristóvão (Sergipe) (1786)	138	325	373	994	6.500	9.940	6.310	-53
Ribeira da Vasabarris ² (1785)	165	389	788	1.530	7.780	15.305	4.150	-96

1 Número de escravos segundo o recenseamento de escravos de 1817 a 4,5 por proprietário. Ver Schwartz, *Sugar Plantations*, 443.

2 Havia oito engenhos com 204 escravos que cultivavam mandioca.

Fontes: BNRJ, I-31, 30, 51; APB, Cartas ao governo, 188.

Neste ponto é impossível definir a tipicidade da situação baiana, mas os dados dessa capitania sugerem algumas linhas futuras de investigações e hipóteses a serem testadas. Em primeiro lugar, um número considerável de indícios oriundos da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo indicam o emprego de roças de pequena escala e da produção de alimentos com o uso do trabalho escravo. Há a tentação de afirmar que a escravidão estava se tornando uma instituição mais amplamente difundida em fins do período colonial do que em qualquer outra época. Em segundo lugar, os produtores "roceiros" com acesso aos mercados que estavam crescendo nas cidades e no setor da lavoura, parecem ter reagido com o aumento da produção, e o cultivo da mandioca prestou-se à expansão com aumentos principalmente no contingente de trabalhadores. Em vez de evitar a economia de mercado, os pequenos agricultores e até os escravos, quando podiam – como no caso do Engenho Santana examinado no capítulo 2 – procuravam expandir a produção.⁷⁹ Dados da Bahia indicam que uma grande parte da produção da "roça" podia ser vendida. Com certeza, essa proporção variava muito em tempo e lugar, mas a penetração das relações comerciais na produção dos roceiros parece clara. Por fim, a criação de um mercado de abastecimento em consequência do crescimento induzido pela exportação suscita sérias questões sobre a natureza isolada da economia agrícola e deve levar a um exame mais profundo das ligações internas dentro da economia colonial.

Os acontecimentos de fins do período colonial e logo após a independência demonstram a força contínua da escravidão para definir todos os aspectos da economia e penetrar em setores que antes não eram caracterizados pela mão-de-obra escrava. Acompanhando essa penetração, naturalmente, estavam as concomitantes relações sociais do regime escravocrata. A produção de pequenos agricultores e a agricultura baseada em trabalho escravo não eram mais duas opções distintas, mas dois processos relacionados nos

79. Ver p. anterior.

quais predominava a tendência à expansão da escravidão. Mesmo quando o Brasil procurava equilibrar a produção de alimentos para consumo doméstico com sua agricultura para exportação, a questão da escravidão permanecia intocável. Frei Vicente do Salvador, primeiro historiador do Brasil, dissera no século XVII que o Brasil era um país tão maravilhoso que “poderia sustentar-se mesmo que todos os portos estivessem fechados”.⁸⁰ Em fins da era colonial, principalmente após 1809, quando o nível das exportações brasileiras começou a subir, a questão era, de fato, se o Brasil conseguiria alimentar-se com os portos abertos. Para isso, ampliou o uso de escravos.

80. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 4. ed. (São Paulo, 1965), livro I, capítulo 11, 83.



ALFORRIA NA BAHIA, 1684-1745

A história e a natureza dos regimes escravocratas do Novo Mundo têm sido examinadas e discutidas acaloradamente nas perspectivas comparativas, nacionais e regionais.¹ Grande parte das controvérsias concentram-se no tratamento dado aos escravos nos diversos regimes escravocratas e numa série de condições econômicas. Em seu artigo “The Treatment of Slaves in Different Countries”, Eugene Genovese trouxe esclarecimento ao debate e nele avançou, com a distinção entre os três significados fundamentais do termo “tratamento”.² Genovese reconhece que este termo foi empregado em épocas diversas para descrever: 1^o) as condições físicas cotidianas do escravo; 2^o) as condições existenciais da vida, as oportunidades de expressão familiar, social e religiosa; e 3^o) o acesso à liberdade e aos direitos de cidadania. Em-

1. O autor agradece a João José dos Reis, da Bahia, que me ajudou na coleta destes dados e a Christine Lohr, da Universidade de Minnesota, que desempenhou a função de assistente de pesquisa. Também agradece aos professores Dauril Alden, Philip Curtin, Peter Eisenberg, Stanley Engerman, Richard Graham, Herbert Klein, Franklin Knight, John Modell, Peter Smith e Emilia Viotti da Costa, que contribuíram com orientação técnica e críticas. O uso do computador foi possível graças a uma bolsa oferecida pela Graduate School of the University of Minnesota.

2. Eugene Genovese, “The Treatment of Slaves in Different Countries: Problems in The Application of the Comparative Method”, In: *Slavery in the New World*, ed. Laura Foner e Eugene Genovese, (Englewood Cliffs, N. J., 1989), p. 202-210.